



Poder Judiciário

Conselho Nacional de Justiça

Departamento de Monitoramento e Fiscalização do Sistema
Carcerário e do Sistema de Execução de Medidas
Socioeducativas - DMF

MUTIRÃO CARCERÁRIO DO ESTADO DE ALAGOAS

Relatório Geral

MINISTRO JOAQUIM BARBOSA

Presidente do Conselho Nacional de Justiça

CONSELHEIRO GUILHERME CALMON NOGUEIRA DA GAMA

Supervisor do Departamento de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário e do Sistema de Execução de Medidas Socioeducativas - DMF

JUIZ DOUGLAS DE MELO MARTINS

JUIZ LUIZ CARLOS REZENDE E SANTOS

DMF – Departamento de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário

JUIZ RENO VIANA

Coordenador do Mutirão Carcerário do Estado de Alagoas (CNJ)

JUIZ JOSÉ BRAGA NETO

Coordenador do Mutirão Carcerário do Estado de Alagoas (TJ-AL)

Maceió – AL, 06 de dezembro de 2013.



Poder Judiciário

Conselho Nacional de Justiça

SUMÁRIO

1. CONSIDERAÇÕES INICIAIS	4
2. DINÂMICA DOS TRABALHOS.....	7
3. SISTEMA PENITENCIÁRIO LOCAL	8
4. NÚMEROS DO MUTIRÃO CARCERÁRIO	10
5. SITUAÇÃO DOS RÉUS CONDENADOS.....	12
5.1. Varas de Execução Penal	12
5.2. Ministério Público.....	13
5.3. Defensoria Pública.....	13
5.4. Advocacia Voluntária.....	14
5.5. Começar de Novo	14
5.6. Inexistência do regime semiaberto	16
5.7. Presença da sociedade civil.....	17
6. SITUAÇÃO DOS RÉUS PROVISÓRIOS	19
6.1. Agentes da “Defesa social”	20
6.2. Efeitos da ausência do regime semiaberto	20
6.3. O caso da 17ª Vara	21
7. INSPEÇÃO EM ESTABELECIMENTOS PRISIONAIS E DELEGACIAS.....	23
7.1. Casa de Custódia da Capital	23
7.2. Penitenciária Masculina Baldomero Cavalcanti de Oliveira	24
7.3. Presídio Cyridião Durval de Oliveira e Silva.....	25
7.4. Presídio de Segurança Máxima	26
7.5. Presídio Feminino Santa Luzia	27
7.6. Centro Psiquiátrico Judiciário “Pedro Marinho Suruagy”	28
7.7. Núcleo Ressocializador da Capital	29
7.8. Presídio Desembargador Luiz de Oliveira Souza (PDLOS).....	31
7.9. Presídio do Agreste.....	32
7.10. Delegacias de polícia	33
7.11. Adolescentes.....	35
8. RECOMENDAÇÕES E SUGESTÕES	36



Poder Judiciário

Conselho Nacional de Justiça

8.1. Recomendações ao Poder Judiciário	36
8.2. Sugestões ao Poder Executivo	37
9. ENCERRAMENTO	39
10. ANEXOS.....	39



Poder Judiciário

Conselho Nacional de Justiça

1. CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Entre os anos de 2008 e 2011, o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) percorreu o Brasil com o projeto Mutirão Carcerário, possibilitando um amplo diagnóstico do sistema penitenciário brasileiro, bem como das varas criminais e de execução penal do país. Recentemente o CNJ lançou nova campanha do Mutirão Carcerário em escala nacional, determinando que no biênio 2013/2014 diversos novos projetos deste programa sejam realizados em diversos Estados.

Em síntese, a linha de atuação do projeto assenta-se em dois eixos bem definidos:

- a) garantia do devido processo legal, com revisão das prisões de presos definitivos e provisórios;
- b) inspeção nos estabelecimentos prisionais.

Para a efetivação do projeto no Estado de Alagoas, inicialmente aconteceu reunião preparatória no dia 10 de outubro de 2013, na Presidência do Tribunal de Justiça, com a presença do Excelentíssimo Senhor Conselheiro GUILHERME CALMON, Supervisor do DMF – Departamento de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário e do Sistema de Execução de Medidas Socioeducativas do Conselho Nacional de Justiça (CNJ). Nessa reunião ajustou-se que o Mutirão Carcerário do Estado de Alagoas teria início no dia 04 de novembro de 2013 e se estenderia até o dia 06 de dezembro de 2013, o que de fato ocorreu.

Através da Portaria nº 191, de 24 de outubro de 2013, subscrita pelo Excelentíssimo Senhor Ministro JOAQUIM BARBOSA, Presidente do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), foi instituída equipe de trabalho composta pelo Juiz de Direito RENO VIANA (TJ-BA), pelo Servidor MIGUEL ANTONIO FIGUEIREDO



Poder Judiciário

Conselho Nacional de Justiça

MOYSÉS (TJ-MA), e ainda pelos servidores ALINE RIBEIRO DE MENDONÇA (CNJ), PAULO MARCIO AREVALO DO AMARAL (CNJ) e MARCIO BRUNO RIOS DINIZ (CNJ).

A Portaria nº 2003, de 30 de outubro de 2013, subscrita pelo Excelentíssimo Senhor Desembargador JOSÉ CARLOS MALTA MARQUES, Presidente do Tribunal de Justiça de Alagoas, instituiu o projeto em escala local, compondo equipe de trabalho composta por magistrados e servidores a serem coordenados pelo Juiz JOSÉ BRAGA NETO, Titular da 16ª Vara Criminal da Comarca da Capital (Vara das Execuções Penais).

Foram designados para compor a referida equipe de trabalho os juízes BRUNO ACIOLI ARAÚJO, CARLOS BRUNO DE OLIVEIRA RAMOS, CAROLINA SAMPAIO VALÕES DA ROCHA, FERDINANDO SCREMIN NETO, FRANCISCO DE OLIVEIRA PORTUGAL e LORENA CARLA SANTOS VASCONCELOS SOTTO-MAYOR.

Foram igualmente designados os servidores ANDRÉ LIMA DE SOUZA, EVA TOLEDO DE CASTRO, FÁBIO ARISTIDES GUEDES, GLINE MALTA GUIMARAES, JOSE ULISSES BROTHERHOOD MEDEIROS, LOUISE CHRISTIANE VASCONCELOS SILVA, LUANA KAROLINY MENEZES SILVA DOS SANTOS, LUCIANO FEITOSA DE ALMEIDA, LUIS GUSTAVO PEIXOTO CAVALCANTE, MANOEL DELFINO JUNIOR, MARCIA VANESSA MARINHO DE SÁ, MARCOS AUGUSTO DE BARROS, MATHEUS MARGARINO OLIVEIRA SANTOS, MILENA BEZERRA FEIJÓ NOBRE e ROSEANE ROCHELLI TELES, bem como os oficiais de justiça ADELSON BRANDAO JUNIOR e ALEXANDRE WANDERLEY TORRES.



Poder Judiciário

Conselho Nacional de Justiça

Honrando com a palavra empenhada na reunião preparatória acima referida, o Excelentíssimo Senhor Desembargador JOSÉ CARLOS MALTA MARQUES, Presidente do Tribunal de Justiça de Alagoas, assegurou aos trabalhos espaço físico bastante amplo e suficiente estrutura material, disponibilizando para tanto as excelentes e bem equipadas instalações da Escola Superior da Magistratura do Estado de Alagoas (ESMAL), inclusive com fornecimento de refeições e lanches para todos.



Foto 1: Magistrados no Mutirão Carcerário (Fonte: Caio Loureiro – TJ/AL)

Participaram dos trabalhos do Mutirão Carcerário equipes do Ministério Público e da Defensoria Pública, coordenadas respectivamente pelo Promotor de Justiça CYRO EDUARDO BLATTER MOREIRA e pelo Defensor Público JOÃO MAURÍCIO DA ROCHA DE MENDONÇA.

Os trabalhos também foram livremente acompanhados por representantes da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB).



Poder Judiciário

Conselho Nacional de Justiça



Foto 2: Secretaria do Mutirão Carcerário na ESMAL

2. DINÂMICA DOS TRABALHOS

Conforme definido na reunião preparatória, durante o Mutirão Carcerário os processos referentes a presos condenados ao cumprimento de pena privativa de liberdade no regime fechado foram encaminhados para análise na secretaria instalada na Escola Superior da Magistratura do Estado de Alagoas (ESMAL). Tais processos em seguida foram submetidos aos defensores públicos, promotores de justiça e magistrados que se encontravam devidamente instalados em dependências distintas da secretaria, mas localizadas no mesmo prédio, evitando assim a retirada dos autos do local, visando maior segurança e celeridade aos trabalhos.

Idêntico procedimento foi adotado em relação aos processos de



Poder Judiciário

Conselho Nacional de Justiça

Medida de Segurança ativos, principalmente quanto à vigência, eficácia e necessidade de manutenção da medida imposta ao paciente judiciário no local de cumprimento atual.

Conforme definido na reunião preparatória, os processos referentes aos presos provisórios não deveriam ser enviados à secretaria do Mutirão. Os mesmos foram reanalisados na vara de origem, momento em que os magistrados respectivos decidiram pela manutenção ou não da prisão dos réus, sendo em seguida preenchida planilha fornecida pelo CNJ, contendo o resultado de cada decisão, sendo a mesma encaminhada por meio eletrônico para a secretaria do Mutirão, juntamente com as aludidas decisões digitalizadas.

A Coordenação do Mutirão requisitou previamente à Superintendência Geral de Administração Penitenciária de Alagoas (SGAP) relatório de conduta carcerária de todos os presos do regime fechado do Estado, bem como planilha contendo o nome de todos os presos, definitivos e provisórios, para conferência com os processos que ingressaram na secretaria do Mutirão e aqueles em que os juízes com competência criminal reexaminaram as prisões provisórias.

Todos os juízes e servidores que participaram efetivamente dos trabalhos foram cadastrados no Sistema Mutirão Carcerário do CNJ, tendo o Departamento de Tecnologia da Informação do Tribunal de Justiça do Estado de Alagoas produzido um fluxo específico no Sistema SAJ para o mutirão, com acesso concedido ao Ministério Público e à Defensoria Pública durante o período do projeto.

3. SISTEMA PENITENCIÁRIO LOCAL

Segundo informação divulgada pela Superintendência Geral de



Poder Judiciário

Conselho Nacional de Justiça

Administração Penitenciária (SGAP), vinculada à Secretaria de Estado da Defesa Social, a capacidade total do sistema carcerário de Alagoas seria de 1924 vagas. Segundo a mesma fonte, seria de 3.063 a população atual de presos recolhidos nas unidades prisionais, existindo portanto déficit de vagas.

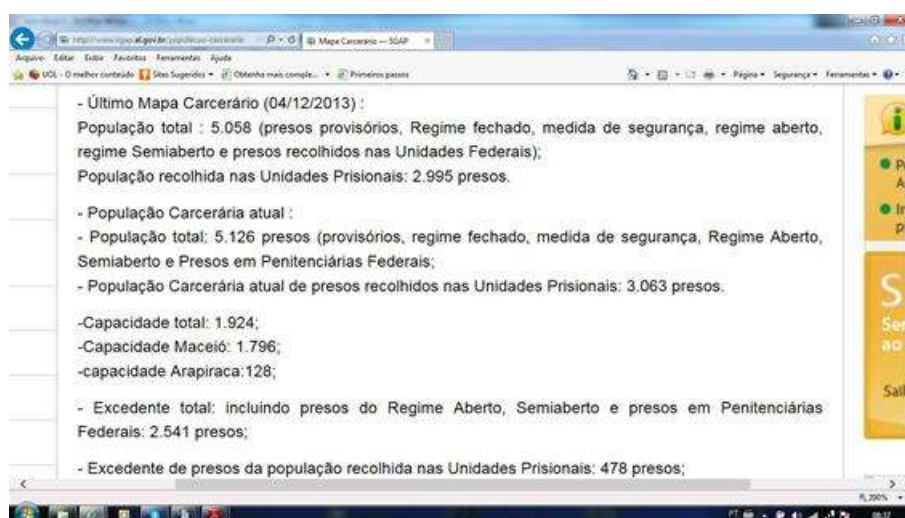


Foto 3: Detalhe de página da SGAP na internet

É necessário registrar, entretanto, que o procedimento de batimento das planilhas revelou ser superior o número de presos cadastrados no Sistema do Mutirão Carcerário (condenados e provisórios) em relação aos presos relacionados pela Superintendência Geral de Administração Penitenciária (SGAP) através da lista fornecida ao CNJ.

Tal divergência possivelmente resultou do número relativamente elevado de presos que ainda continuam encarcerados em delegacias de polícia no Estado de Alagoas.

Em relação aos serviços prestados pela Superintendência Geral



Poder Judiciário

Conselho Nacional de Justiça

de Administração Penitenciária (SGAP), foram identificadas queixas sobre a sua eficiência e presteza na condução de presos para audiências judiciais. Durante o Mutirão Carcerário, foram igualmente identificadas queixas quanto a sua excessiva demora na emissão de atestados de conduta carcerária, de relatórios de vida carcerária e de laudos de exames criminológicos.

4. NÚMEROS DO MUTIRÃO CARCERÁRIO

Em anexo ao presente texto é apresentado na íntegra o Relatório Consolidado Geral emitido pelo Sistema de Mutirão Carcerário do CNJ. Apresentamos aqui apenas os números principais.

Foram cadastrados 3171 processos. O total de condenados foi de 1272. O total de provisórios foi de 1899.

O percentual de provisórios em relação aos condenados, portanto, atingiu a marca de 59%.

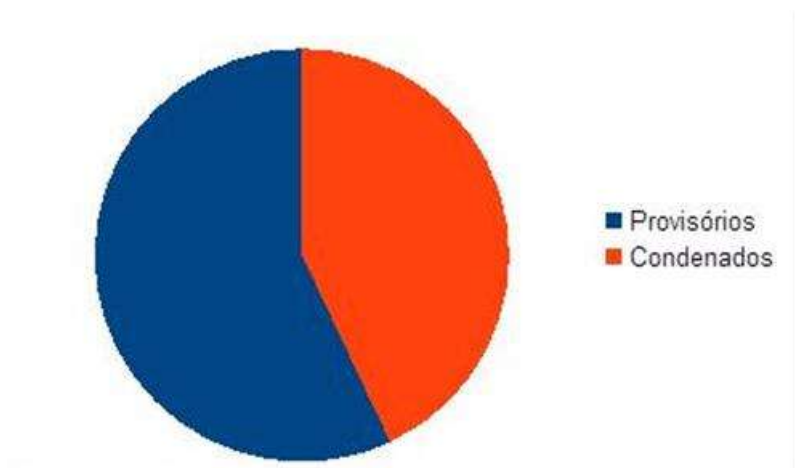
Aos presos condenados foram concedidos 171 benefícios diversos. Em relação aos presos provisórios, foram 355 os benefícios concedidos.

MUTIRÃO CARCERÁRIO ALAGOAS 2013		
	Nº	%
Cadastrados	3171	100
Condenados	1272	41
Provisórios	1899	59



Poder Judiciário

Conselho Nacional de Justiça



CONDENADOS - Benefícios concedidos		
	Nº	%
Extinção da pena com soltura	3	0,09
Livramento condicional	10	0,32
Regime aberto	2	0,06
Regime semiaberto	124	3,91
Remição de pena	29	0,91
Total de benefícios	171	5,38

PROVISÓRIOS - Benefícios concedidos		
	Nº	%
Relaxamento do flagrante	11	0,35
Liberdade provisória / Revogação da preventiva	338	10,66
Total de benefícios	355	11,2



Poder Judiciário

Conselho Nacional de Justiça

5. SITUAÇÃO DOS RÉUS CONDENADOS

Em Alagoas, até recentemente, os réus condenados a pena privativa de liberdade no regime fechado eram encaminhados para o devido cumprimento nas diversas unidades prisionais localizadas na capital Maceió e também na existente em Arapiraca. No último mês de novembro de 2013, com a inauguração do Presídio do Agreste, no município de Girau do Ponciano, o estabelecimento penal localizado em Arapiraca foi desativado.

5.1 Varas de Execução Penal

Na capital Maceió, a Lei Estadual nº 6.564/2005, que instituiu o novo Código de Organização Judiciária do Estado de Alagoas, no seu Anexo I, estabeleceu que a competência para a execução penal caberia à 16ª Vara Criminal.

Atualmente responde como titular dessa unidade o Juiz de Direito JOSÉ BRAGA NETO, que conta ali com 13 servidores, sendo 7 do quadro do Poder Judiciário e 6 cedidos por outros órgãos.

A 16ª Vara Criminal está sediada no Fórum Regional da Universidade Federal de Alagoas, Campus Universitário A. C. Simões (UFAL), localizado na BR 104, Km 97,6, s/nº, Bairro Tabuleiro do Martins, Maceió – AL, CEP 57072-970, fone (82) 4009-5731, e-mail vcriminal16@tj.al.gov.br

Em Arapiraca, a referida Lei Estadual nº 6.564/2005 (Código de Organização Judiciária do Estado de Alagoas), em seu Anexo II, estabeleceu que a competência para a execução penal caberia à 8ª Vara Criminal. Essa unidade conta



Poder Judiciário

Conselho Nacional de Justiça

com 4 servidores do quadro do Poder Judiciário, mas encontra-se sem Juiz titular. Responde por ela, como 1º Substituto, o Juiz de Direito JANDIR DE BARROS CARVALHO.

Não existe Vara de Execuções Penais na Comarca de Girau do Ponciano, onde recentemente foi inaugurado o novo Presídio do Agreste.

Existem reclamações nessas unidades especializadas quanto à emissão da Guia de Execução Penal pelas demais varas com competência criminal, ante a falta de documentação e insuficiência de informações.

5.2. Ministério Público

Na comarca de Maceió, atua como titular na área de execução penal o Promotor de Justiça JOSÉ LUIZ GOMES DE VASCONCELOS. Também atua na área há muitos anos o Promotor de Justiça CYRO EDUARDO BLATTER MOREIRA.

Na comarca de Arapiraca atua a Promotora de Justiça DELMA MARIA COSTA DE A. PANTALEÃO.

Não foram identificadas reclamações em relação à atuação dos mesmos.

5.3. Defensoria Pública

Na comarca de Maceió, atua na área de execução penal o Defensor Público JOÃO MAURÍCIO DA ROCHA DE MENDONÇA.



Poder Judiciário

Conselho Nacional de Justiça

Na comarca de Arapiraca atua o Defensor Público ANDRÉ CHALUB LIMA.

Foi constatado que a Defensoria Pública visita com frequência os estabelecimentos penais e atua com muito empenho nessa área, inclusive com entrevistas periódicas com presos. Os internos, entretanto, cobram uma atuação ainda maior.

5.4. Advocacia Voluntária

Não foi identificada a existência de unidades de Advocacia Voluntária.

5.5. Começar de Novo

Instituído pelo CNJ, o programa Começar de Novo visa à sensibilização de órgãos públicos e da sociedade civil para que forneçam postos de trabalho e cursos de capacitação profissional para presos e egressos do sistema carcerário. O objetivo é promover a cidadania e consequentemente reduzir a reincidência de crimes.

O Começar de Novo está implantado e em plena execução no estado de Alagoas, sob a responsabilidade do Desembargador TUTMÉS AIRAN DE ALBUQUERQUE MELO.

Segundo informou o responsável, no ano de 2013 suas principais ações foram a inauguração da unidade do SENAI dentro do complexo prisional, através de uma parceria entre a SGAP e Tribunal de Justiça, bem como a inauguração do Núcleo Industrial Bernardo Oiticica, também instalado no sistema



Poder Judiciário

Conselho Nacional de Justiça

prisional, contendo 5 indústrias em funcionamento e 10 em fase de instalação.

Existe também um projeto em andamento para criação de uma clínica de recuperação para dependentes químicos, com a finalidade de tratamento e prevenção. Serão inicialmente 25 vagas, que serão estendidas para até 60, contendo oficinas de trabalho, cujos produtos serão comercializados.



Foto 4: Inspeção no Núcleo Ressocializador – Maceió / AL



Foto 5: Inspeção no Núcleo Ressocializador – Maceió / AL



Poder Judiciário

Conselho Nacional de Justiça



Foto 6: Inspeção no Núcleo Ressocializador – Maceió / AL



Foto 7: Inspeção no Núcleo Ressocializador – Maceió - AL

5.6. Inexistência do regime semiaberto

No tocante à situação dos presos condenados em Alagoas, o problema mais grave identificado pelo Mutirão Carcerário foi a inexistência no



Poder Judiciário

Conselho Nacional de Justiça

Estado de unidades para cumprimento de pena no regime semiaberto.

Desde a interdição da Colônia Agroindustrial São Leonardo, em setembro de 2008, até a presente data, os condenados em regime semiaberto e aberto cumprem pena em prisão domiciliar. A referida interdição foi deferida pela Justiça, a pedido do Ministério Público, devido à inadequação da unidade prisional.

Essa deficiência, além de contribuir para a superpopulação carcerária, faz com que muitos presos deixem o regime fechado sem ter tido oportunidades de ressocialização, o que favorece a reincidência criminal, gerando grave círculo vicioso de criminalidade.

5.7. Presença da sociedade civil

Durante o Mutirão Carcerário em Alagoas foram realizadas reuniões diversas com representantes da sociedade civil, tais como Comissão de Direitos Humanos da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), Conselho da Comunidade, Pastoral Carcerária da Igreja Católica, Associação de Proteção e Assistência aos Condenados (APAC) e Igrejas Evangélicas. Também conversou-se com pesquisadores do Núcleo de Estudos e Políticas Penitenciárias da Universidade Federal de Alagoas (NEPP - UFAL) e do Observatório Nacional do Sistema Prisional (ONASP).

De um modo geral, tais entidades criticaram o caráter excessivamente repressor do modelo de execução penal vigente na atualidade.

A Pastoral Carcerária da Igreja Católica reclamou que freiras e religiosas são submetidas a revistas vexatórias nas unidades prisionais.



Poder Judiciário

Conselho Nacional de Justiça

Particularmente difícil de compreender foi a inexistência em Alagoas de uma unidade prisional que adote o chamado **Método APAC**, metodologia amplamente recomendada pelo CNJ. Tal situação chega a ser inadmissível, considerando que já existe no Estado há muitos anos a Associação de Proteção e Assistência aos Condenados (APAC), regularmente constituída e contando em seus quadros com membros experientes e motivados.



Foto 1: Verinaldo Dantas, da APAC, na “igreja” do Presídio Baldomero Cavalcanti, em Maceió.



Poder Judiciário

Conselho Nacional de Justiça



Foto 9: “Igreja” do Presídio Baldomero Cavalcanti



Foto 10: Reunião com membros do Conselho da Comunidade, em Maceió

6. SITUAÇÃO DOS RÉUS PROVISÓRIOS

A desproporção entre o número de presos provisórios e de presos condenados, bem acima da média nacional, foi um dos principais motivos para a



Poder Judiciário

Conselho Nacional de Justiça

realização do Mutirão Carcerário no Estado de Alagoas em 2013.

Infelizmente, mesmo após a conclusão dos trabalhos, não se conseguiu reverter de forma significativa esse cenário.

6.1. Agentes da “Defesa social”

Na tentativa de compreender as razões desse fenômeno, alguns ativistas dos direitos humanos alertaram o Mutirão Carcerário para o disposto no art. 2º da Lei Estadual nº 6.564/2005 (novo Código de Organização Judiciária do Estado de Alagoas), que categoricamente afirma: *“a Justiça do Estado é instituída para assegurar a defesa social”*.

O significado aqui da expressão *“defesa social”* fica mais explícito quando se examina o nome da Secretaria de Estado a que se vinculam a Polícia Militar, a Polícia Civil, o Corpo de Bombeiros, dentre outros órgãos tidos como sendo da área de segurança pública. Trata-se da *Secretaria de Estado da Defesa Social*.

Impossível não perceber que tal fato faz com que os juízes criminais sejam tidos aqui como *agentes da segurança pública*, em evidente antagonismo com o perfil garantista traçado pelos princípios constitucionais e pelos tratados internacionais de direitos humanos dos quais o Brasil é signatário.

6.2. Efeitos da ausência do regime semiaberto

Já foi dito acima que a inexistência em Alagoas de unidades para cumprimento de pena no regime semiaberto faz com que muitos presos deixem o regime fechado sem ter tido oportunidades de ressocialização, circunstância que



Poder Judiciário

Conselho Nacional de Justiça

favorece a reincidência criminal, gerando grave círculo vicioso de criminalidade.

Além disso, essa deficiência também contribui para a superpopulação carcerária, na medida em que leva alguns juízes criminais a manter certos réus como presos provisórios, protelando a condenação, como forma de evitar que esses indivíduos sejam levados ao cumprimento domiciliar do regime semiaberto. Essa informação foi confirmada ao Mutirão Carcerário por Advogados, Defensores Públicos e por membros do Ministério Público.

6.3. O caso da 17ª Vara

No tocante aos presos provisórios, a situação mais escandalosa foi a constatada na 17ª Vara Criminal de Maceió, que sozinha seria responsável por 25% dos custodiados em Alagoas.

Instituída pela Lei Estadual nº 6.806/2007, a 17ª Vara Criminal de Maceió foi criada com competência exclusiva para processar e julgar os delitos envolvendo atividades de organizações criminosas (“crime organizado”), tendo jurisdição em todo o território alagoano. Segundo seu art. 2º, sua titularidade seria coletiva, sendo composta por cinco Juízes de Direito, todos indicados e nomeados pelo Presidente do Tribunal de Justiça do Estado de Alagoas, com aprovação do Pleno, para um período de dois (02) anos, podendo, a critério do Tribunal, ser renovado.

Em maio de 2012, o Plenário do Supremo Tribunal Federal (STF) concluiu o julgamento da Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) nº 4414, ajuizada pelo Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), que questionava a criação da vara. Os ministros julgaram a ação parcialmente



Poder Judiciário

Conselho Nacional de Justiça

procedente, mantendo a existência da vara especializada, composta por cinco magistrados, mas declarando inconstitucionais diversos dispositivos que regiam seu funcionamento, entre eles o critério para a designação dos juízes que nela atuam, devendo ser aprovada lei que estabeleça critérios objetivos para preenchimento das cinco vagas.

Segundo relatório emitido pelo Sistema SAJ, do Tribunal de Justiça de Alagoas, constante em anexo ao presente texto, no dia 29 de novembro de 2013 (vigésimo sexto dia do Mutirão Carcerário), a 17ª Vara Criminal apresentava 439 réus presos, ou seja, um quarto do total de presos provisórios cadastrados. Conforme dados constantes do mesmo relatório, vários desses presos estariam custodiados a vários anos sem julgamento.

Indivíduos presos há 4, 5, 6 anos, até mesmo 7 anos, sem serem sentenciados. Em consulta à Vara de Execuções Penais constatou-se que vários desses casos eram efetivamente de presos provisórios, vez que não existam Guias de Execução Penal expedidas.

Situação dos presos provisórios da 17ª Vara Criminal de Maceió	
Preso há mais de 7 anos	1
Presos há mais de 6 anos	11
Presos há mais de 5 anos	22
Presos há mais de 4 anos	38
Presos há mais de 3 anos	74
Presos há mais de 2 anos	127
Total de presos provisórios	439



Poder Judiciário

Conselho Nacional de Justiça

Considerando que os Juízes designados para essa vara são titulares de outras unidades, sendo todos tidos como profissionais preparados, corajosos e diligentes, podemos concluir que o formato adotado pelo Juízo apresenta problemas graves de funcionamento, estando a exigir medidas urgentes de saneamento.

7. INSPEÇÃO EM ESTABELECIMENTOS PRISIONAIS E DELEGACIAS

7.1. Casa de Custódia da Capital

Conhecida popularmente como “Cadeião”, é a porta de entrada que distribui os presos para o sistema penitenciário. Localizada no Complexo Penitenciário de Maceió, rodovia BR-104, km 15, Bairro Tabuleiro do Martins, Maceió – AL, sua capacidade é de 240 vagas. No momento da inspeção sua lotação era de 530 presos, sendo 3 condenados e 527 provisórios. Existiam apenas 18 presos trabalhando e nenhum estudando. A unidade apresenta problemas de insalubridade na sua estrutura física, possuindo celas com pouca luminosidade. Os presos reclamam da ausência de banho de sol. A situação da unidade é detalhada no Formulário de Inspeção em anexo ao presente texto.



Foto 11: Casa de Custódia da Capital



Poder Judiciário

Conselho Nacional de Justiça

7.2. Penitenciária Masculina Baldomero Cavalcanti de Oliveira

Localizada no Complexo Penitenciário de Maceió, rodovia BR-104, km 15, Bairro Tabuleiro do Martins, Maceió – AL, sua capacidade é de 669 vagas. No momento da inspeção sua lotação era de 901 presos, sendo 884 condenados e 17 provisórios. Existiam 136 presos trabalhando e 27 estudando. A unidade apresenta problemas de insalubridade na sua estrutura física, possuindo celas com pouca luminosidade. No Módulo III, os presos disseram que estão sem banho de sol há vários meses. A situação da unidade é detalhada no Formulário de Inspeção em anexo ao presente texto.



Foto 12: Presídio Baldomero Cavalcanti

7.3. Presídio Cyridião Durval de Oliveira e Silva

Localizado no Complexo Penitenciário de Maceió, rodovia BR-104, km 15, Bairro Tabuleiro do Martins, Maceió – AL, sua capacidade é de 330



Poder Judiciário

Conselho Nacional de Justiça

vagas. No momento da inspeção sua lotação era de 764 presos, sendo 51 condenados e 713 provisórios. Existiam 98 presos trabalhando e 88 estudando. A unidade apresenta graves problemas de insalubridade na sua estrutura física. Foram encontradas celas escuras, sem qualquer luminosidade, infiltrações diversas em corredores e módulos, além de gambiarras em várias celas. A cozinha localizada no referido estabelecimento, atendendo grande parte do sistema penitenciário, apresenta higiene precária, sendo visível no ato da inspeção painéis utilizados para a feitura das refeições próximas a bueiros de esgoto. A rejeição à comida era tão visível que as lixeiras dos corredores estavam abarrotadas de restos de alimento.

Como aspecto positivo, não pode deixar de ser mencionado o excelente trabalho de assistência religiosa prestado no local pela Igreja Assembleia de Deus, sob a direção do Presbítero Ivan Ramos dos Santos, que também é membro do Conselho da Comunidade de Maceió.

A situação da unidade é detalhada no Formulário de Inspeção em anexo ao presente texto.



Poder Judiciário

Conselho Nacional de Justiça



Foto 13: Presídio Cyridião Durval

7.4. Presídio de Segurança Máxima

Localizado no Complexo Penitenciário de Maceió, rodovia BR-104, km 15, Bairro Tabuleiro do Martins, Maceió – AL. No momento da inspeção sua lotação era de 147 presos, sendo 92 condenados e 55 provisórios. Os presos não estudam e apenas 02 deles trabalham, o que certamente dificulta muito a ressocialização. Embora a unidade aparentemente não apresente problemas de insalubridade na sua estrutura física, existiram reclamações sobre a acomodação de até 9 presos em uma única cela. Os presos também reclamaram da quantidade e da qualidade da alimentação. A situação da unidade é detalhada no Formulário de Inspeção em anexo ao presente texto.



Poder Judiciário

Conselho Nacional de Justiça



Foto 14: Presídio de Segurança Máxima

7.5. Presídio Feminino Santa Luzia

O Presídio Santa Luzia é a única unidade no Estado que abriga mulheres. Localizado no Complexo Penitenciário de Maceió, rodovia BR-104, km 15, Bairro Tabuleiro do Martins, Maceió – AL, sua capacidade é de 74 vagas. No momento da inspeção sua lotação era de 174 presas, sendo 39 condenadas e 135 provisórias. Existiam 50 presas trabalhando e 52 estudando. O estabelecimento penal não possui unidade materno-infantil, existindo 03 bebês e 03 gestantes acomodadas em uma cela separada. A unidade apresenta problemas de insalubridade na sua estrutura física. As presas reclamaram da qualidade da alimentação. A situação da unidade é detalhada no Formulário de Inspeção em anexo ao presente texto.



Poder Judiciário

Conselho Nacional de Justiça



Foto 15: Presídio Feminino Santa Luzia

7.6. Centro Psiquiátrico Judiciário “Pedro Marinho Suruagy”

Localizado no Complexo Penitenciário de Maceió, rodovia BR-104, km 15, Bairro Tabuleiro do Martins, Maceió – AL, é destinado à custódia e tratamento de pacientes psiquiátricos condenados a cumprir medida de segurança. Sua capacidade é de 139 vagas. São dez alas, sendo uma delas para pacientes do sexo feminino. No momento da inspeção sua lotação era de 94 internos, sendo 45 provisórios, 42 em cumprimento de medida de segurança e 7 condenados. Eram 90 homens e 4 mulheres. Existiam 6 internos trabalhando e 13 estudando. O estabelecimento possui enfermaria, consultório médico, psiquiátrico e odontológico, sala de aula, espaço para terapia ocupacional, horta, auditório, cozinha, refeitório e lavanderia. Atendem na unidade 3 médicos psiquiatras e 1 clínico geral, além de 3 psicólogos. Algumas alas estão restauradas e outras necessitando de reparos urgentes, em virtude de infiltrações e para atender as exigências de limpeza e higiene necessárias. A situação da unidade é detalhada no Formulário de Inspeção



Poder Judiciário

Conselho Nacional de Justiça

em anexo ao presente texto.



Foto 16: Centro Psiquiátrico Judiciário

7.7. Núcleo Ressocializador da Capital

Localizado no Complexo Penitenciário de Maceió, rodovia BR-104, km 15, Bairro Tabuleiro do Martins, Maceió – AL, sua capacidade é de 154 vagas. No momento da inspeção sua lotação era de 98 presos, todos condenados, sendo que todos trabalham e estudam.

Experiência inovadora no sistema prisional alagoano, a unidade tem a pretensão de ser centro de referência para o tratamento penal e gestão penitenciária. Na explanação da diretoria, o projeto objetiva romper com a tradicional visão custodial, promovendo a reintegração social dos apenados mediante o trabalho e a capacitação profissional. Todos os reeducandos trabalham, tanto no serviço interno como nas 06 empresas instaladas dentro do complexo prisional. O SENAI tem um centro de formação profissional instalado no Núcleo, oferecendo diversos cursos de capacitação profissional, existindo também uma padaria



Poder Judiciário

Conselho Nacional de Justiça

acoplada à estrutura da unidade.

Para participar do projeto, o reeducando é submetido a seleção regida pela Portaria nº 175/2011/SGAP, que estabelece avaliação multidisciplinar visando a verificação dos requisitos necessários para integrar o programa. A participação e o comportamento dos reeducandos são cotados num sistema de pontos, positivos e negativos, aferidos diariamente.

O presídio tem a melhor estrutura física dentre os demais estabelecimentos penais da capital alagoana. O prédio encontra-se em bom estado de conservação, limpo e sem o odor característico das unidades prisionais. Alguns presos reclamaram da qualidade da alimentação, reivindicando que eles próprios confeccionassem as suas refeições.

A situação da unidade é detalhada no Formulário de Inspeção em anexo ao presente texto.



Foto 17: Núcleo Ressocializador da Capital



Poder Judiciário

Conselho Nacional de Justiça

7.8. Presídio Desembargador Luiz de Oliveira Souza (PDLOS)

Localizado na cidade de Arapiraca, na Rodovia AL 115, Km 01, foi desativado no último mês de novembro de 2013, após a inauguração do novo Presídio do Agreste. Sua capacidade era de 128 vagas. No momento da inspeção sua lotação era de 240 presos, sendo 121 condenados e 119 provisórios. Existiam 10 presos trabalhando e nenhum estudando. A unidade apresentava graves problemas de insalubridade e superlotação.



Foto 18: Presídio Des. Luis de Oliveira Souza (PDLOS)



Poder Judiciário

Conselho Nacional de Justiça

7.9. Presídio do Agreste

Recém-inaugurado, localiza-se na cidade de Girau do Ponciano, na Rodovia AL 220, Km 25. Construído pelo método “Siscopen”, composto por celas pré-fabricadas, é o primeiro estabelecimento prisional de Alagoas que funcionará no sistema de cogestão, consistente em uma parceria entre o Estado e a iniciativa privada. Sua capacidade é de 789 vagas. No momento da inspeção sua lotação era de 351 presos, não se tendo informação sobre o número de condenados e de provisórios. Não existiam presos trabalhando ou estudando. A unidade estava apresentando problemas de organização administrativa e de fiscalização por parte dos agentes estatais. Os presos reclamaram do calor excessivo e da falta de assistência médica. A situação da unidade é detalhada no Formulário de Inspeção em anexo ao presente texto.



Foto 19: Presídio do Agreste



Poder Judiciário

Conselho Nacional de Justiça

7.10. Delegacias de polícia

Existem carceragens instaladas em Delegacias de Polícias nas maiores cidades de Alagoas. Tendo em vista que várias dessas unidades estavam transferindo presos para o recém-instalado Presídio do Agreste, foram inspecionadas durante o Mutirão Carcerário apenas 2 delas, localizadas em Maceió.

Na Central de Flagrantes da Polícia Civil, localizada na Av. Fernandes Lima, s/nº, Bairro Farol, foram encontrados 10 presos provisórios. Segundo informações colhidas no local, até recentemente eram 72 custodiados.

Na Casa de Custódia II, da Polícia Civil, localizada na Rua Antonio Zeferino dos Santos, s/nº, Bairro Jacintinho, foram encontrados 57 presos provisórios. Até recentemente eram mais de 130 custodiados.

A precária situação dessas unidades é detalhada nos Formulários de Inspeção em anexo ao presente texto.



Poder Judiciário

Conselho Nacional de Justiça

Quarta-feira, 20 de novembro de 2013, GAZETA DE ALAGOAS

CUSTÓDIA. Medida adotada pela direção da PC revolta categoria

Policiais voltam a fazer serviço de carceragem

Sindicato critica o que considera falta de gestão e de planejamento

MAURÍCIO GONÇALVES
REPÓRTER

Parece um jogo de puxa e encolhe. Com muito preso para pouca cadeia, a Polícia Civil voltou atrás na decisão de retirar policiais dos serviços de carceragem, considerada um avanço que agilizou as investigações. A medida anunciada ainda na gestão do secretário Paulo Rubim (Defesa Social) acabava com as celas em delegacias e liberava os policiais para atuar nas investigações. Mas ontem, uma portaria assinada pelo delega-



Stélio Júnior diz que a sociedade paga o policial para investigar e não para cuidar de presos

Foto 20: Notícia sobre Delegacias de Polícia em Alagoas

6 Cidades

GAZETA DE ALAGOAS, 24 novembro 2013, Domingo

META. Medida contraria um dos objetivos centrais da Enasp

Reativação de celas é considerada retrocesso

Policiais civis deixam de fazer investigações para cuidar de presos

ligados à cúpula da Segurança Pública do governo de Teotônio Vilela Filho (PSDB) procuraram a reportagem para denunciar que tal medida reduziu a na-

Índice do prédio da antiga Central de Polícia de Sobral voltou a receber presos, que ficam amontoados por falta de vagas nos presídios

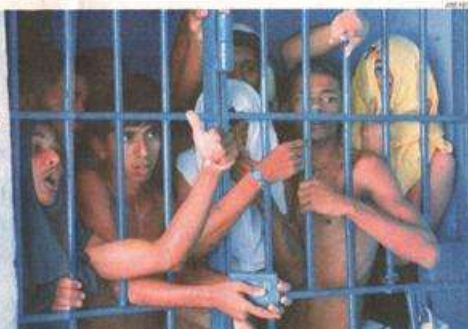


Foto 21: Notícia sobre Delegacias de Polícia em Alagoas



Poder Judiciário

Conselho Nacional de Justiça

7.11. Adolescentes

Durante o Mutirão Carcerário foram também inspecionadas 7 unidades destinadas a adolescentes, vinculadas à Superintendência de Aplicação de Medidas Socioeducativas. Recentemente desvinculadas da Secretaria de Promoção da Paz (Sepaz), esse segmento busca no momento uma estratégia para proporcionar autonomia e agilizar os projetos que envolvem a melhoria dos espaços destinados aos adolescentes em conflito com a lei.

A situação dessas unidades é detalhada nos Formulários de Inspeção em anexo ao presente texto.

Também em anexo consta relatório com o perfil dos adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa de privação de liberdade em Alagoas.



Foto 22: Unidade de internação de adolescentes



Poder Judiciário

Conselho Nacional de Justiça

8. RECOMENDAÇÕES E SUGESTÕES

8.1. Recomendações ao Poder Judiciário

- I. Orientar os Juízos criminais para, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias:
 - a) -atualizarem e adequarem alimentação do Sistema SAJ;
 - b) expedirem corretamente a guia de execução penal, com especial atenção às provisórias, quando o Réu estiver preso e não houver trânsito em julgado da sentença condenatória, mas for mantida a prisão cautelar.
- II. Realizar correição e cooperação nas competências, as quais possuem presos provisórios acima da média nacional (acima de 42%), diagnosticando as causas e apresentando soluções ao DMF/CNJ, no prazo de 02 (dois) meses;
- III. Promover, em parceria com a Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados – Ministro Sálvio de Figueiredo/Enfam, em até seis meses, a realização de seminário ou de outros mecanismos de formação e incentivo para aplicação da utilização de medidas cautelares diversas da prisão e de penas e medidas alternativas;
- IV. Fortalecer, no prazo máximo de 03 (três) meses, o Grupo de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário do Estado de Alagoas, a fim de melhor acompanhar a situação prisional do Estado, propor soluções, organizar mutirões e intensificar o projeto Começar de Novo, criando parcerias para capacitar o reeducando e o egresso, além de auxiliá-los na colocação do mercado de trabalho;
- V. Providenciar, em até 03 (três) meses, a otimização do sistema penitenciário estadual através da implantação do modelo APAC, mediante supervisão da FBAC, com a participação efetiva do Executivo Estadual,



Poder Judiciário

Conselho Nacional de Justiça

Ministério Público e Defensoria Pública, com destaque especial ao encarceramento feminino;

- VI. Acompanhar a instalação e efetiva atuação dos Conselhos da Comunidade em todas as Comarcas nas quais existam estabelecimentos prisionais, no prazo de 06 meses;
- VII. Adotar providências para a criação e instalação de uma Vara de Execuções Penais na Comarca de Girau do Ponciano, para garantir a tramitação adequada dos processos de execução penal das pessoas que cumprem pena no Presídio do Agreste, no prazo de 04 meses;
- VIII. Adotar providências para o imediato cumprimento da decisão do Supremo Tribunal Federal que determinou a titularização dos Juízes que atuam na 17ª Vara Criminal de Maceió.

8.2. Sugestões ao Poder Executivo

- I. Criar 1.150 novas vagas nas unidades prisionais para suprir o déficit prisional, no prazo de 01 ano;
- II. Instalar unidades destinadas ao regime semiaberto no Estado de Alagoas em, no mínimo 05 (cinco) comarcas, entre elas as de Maceió e Arapiraca, no prazo de 01 (um) ano;
- III. Instalar unidades destinadas ao regime aberto e limitação de fim de semana, no Estado de Alagoas, em no mínimo 05 (cinco) comarcas, entre elas as de Maceió e Arapiraca, no prazo de 03 (três) meses;
- IV. Promover a reforma das unidades prisionais, em especial no que se refere à salubridade das celas, melhorando a circulação de ar e a entrada de luz natural, no prazo de 03 meses;



Poder Judiciário

Conselho Nacional de Justiça

- V. Criar cargos e realizar concurso público para aumento do efetivo de agentes penitenciários nas diversas unidades prisionais do Estado, no prazo de 06 meses;
- VI. Criação de vagas e realização de concurso público para possibilitar a existência de defensores públicos no âmbito do sistema de justiça penal e de execução penal em todas as varas de Alagoas, em até um ano.
- VII. Desativar as carceragens existentes em delegacias de polícia, no prazo de 03 meses;
- VIII. Providenciar, em até 03 (três) meses, a otimização do sistema penitenciário estadual através da implantação do modelo APAC, mediante supervisão da FBAC, com a participação efetiva do Judiciário Estadual, Ministério Público e Defensoria Pública, com destaque especial ao encarceramento feminino;
- IX. Realizar, em até 03 (três) meses, o cadastramento de todos os presos do Estado em banco de dados informatizado, fazendo constar a correta qualificação, situação processual e estabelecimento prisional de recolhimento e adesão ao SISDEPEN;
- X. Estabelecer sistema regular de escolta e transporte de presos para as audiências designadas pelos Juízos criminais, no prazo de 30 dias;
- XI. Regularizar o atendimento aos detentos por parte de profissionais da área de saúde, com a contratação de profissionais e o fornecimento de medicamentos, no prazo de 03 meses;
- XII. Determinar as direções das unidades prisionais do Estado que acionem, em até 30 (trinta) dias, o serviço de vigilância sanitária dos municípios, para que certifique mensalmente a qualidade da alimentação fornecida aos presos;
- XIII. Assegurar, imediatamente, o direito ao banho de sol diário e a visita familiar semanal em todas as unidades prisionais, em até 01(um) mês;



Poder Judiciário

Conselho Nacional de Justiça

- XIV. Garantir o acesso de presos e egressos à educação e profissionalização, assegurando sala de aula nas unidades penitenciárias, no prazo de 03 meses;
- XV. Estabelecer para os próximos contratos de prestação de serviços nas unidades prisionais a reserva do percentual mínimo de 10% (dez por cento) das vagas para presos e egressos do sistema penal;
- XVI. Criar, em até 06 (seis) meses, programa de acompanhamento ao preso e ao egresso, bem como de assistência às suas famílias.

9. ENCERRAMENTO

Efetivada a revisão das prisões de presos definitivos e provisórios e procedida a inspeção nos estabelecimentos prisionais, podemos concluir que o Mutirão Carcerário cumpriu a sua missão. Registramos aqui nossos agradecimentos a todos que colaboraram para a realização dessa importante tarefa, em especial agradecendo ao Departamento de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário e do Sistema de Execução de Medidas Socioeducativas do Conselho Nacional de Justiça (DMF/CNJ), bem como ao Egrégio Tribunal de Justiça do Estado de Alagoas.

10. ANEXOS



Poder Judiciário

Conselho Nacional de Justiça



Sistema de Mutirão Carcerário

Relatório Consolidado

Pesquisa entre: 03/11/2013 até 12/12/2013

Estado: AL - Alagoas
Descrição: AL 2013
Período do Mutirão: 04/11/2013 A 06/12/2013
Situação: Finalizado
Total de Processos Cadastrados: 3171
Total de Processos Finalizados: 3171

CONSOLIDADO

Condenados

Total de Condenados: 1272

Benefício Concedido		171	Sem Benefícios		1101
Decisão	Total	%	Decisão	Total	%
EXTINCAO DA PENA - COM SOLTURA	3	0,09	BENEFICIO INDEFERIDO	28	0,88
EXTINCAO DA PENA - SEM SOLTURA	2	0,06	PENA EM CUMPRIMENTO REGULAR	743	23,43
LIVRAMENTO CONDICIONAL	10	0,32	REGRESSAO DE REGIME	21	0,66
REGIME ABERTO	2	0,06	PRESO NAO ENCONTRADO OU FORAGIDO	5	0,16
REGIME SEMI-ABERTO	124	3,91	OUTROS - DILIGÊNCIAS	304	9,59
TRABALHO EXTERNO	0	0,00			
INDULTO	0	0,00			
REMICAO DE PENA	29	0,91			
COMUTACAO DE PENA	0	0,00			
SOMA OU UNIFICACAO DE PENAS	1	0,03			
ABOLITIO CRIMINIS	0	0,00			
TRANSFERENCIA DE UNIDADE	0	0,00			
PRISAO DOMICILIAR	0	0,00			
SAIDA TEMPORARIA	0	0,00			
CONVERSAO DE PPL EM PRD	0	0,00			
DETRACAO DA PENA	0	0,00			

Provisórios

Total de Provisórios: 1899

Benefício Concedido		355	Sem Benefício		1544
Decisão	Total	%	Decisão	Total	%
EXPEDIDA GUIA DE EXECUCAO PROVISORIA	6	0,19	CONVERSÃO DE PRISÃO EM FLAGRANTE EM PRISÃO PROVISÓRIA/MANUTENÇÃO DA PRISÃO PROVISÓRIA	1431	45,13
RELAXAMENTO DO FLAGRANTE	11	0,35	OUTROS - DILIGÊNCIAS	113	3,56
LIBERDADE PROVISÓRIA/ REVOGAÇÃO PREVENTIVA	338	10,66			



Poder Judiciário

Conselho Nacional de Justiça

Sistema de Mutirão Carcerário

Relatório Consolidado Geral

Pesquisa entre: 03/11/2013 até 12/12/2013

Total de Processos Cadastrados: 3171

Total de Processos Finalizados: 3171

CONSOLIDADO GERAL

Condenados

Total de Condenados: 1272

Benefício Concedido		171	Sem Benefícios		1101
Decisão	Total	%	Decisão	Total	%
EXTINCAO DA PENA - COM SOLTURA	3	0,09	BENEFICIO INDEFERIDO	28	0,88
EXTINCAO DA PENA - SEM SOLTURA	2	0,06	PENA EM CUMPRIMENTO REGULAR	743	23,43
LIVRAMENTO CONDICIONAL	10	0,32	REGRESSAO DE REGIME	21	0,66
REGIME ABERTO	2	0,06	PRESO NAO ENCONTRADO OU FORAGIDO	5	0,16
REGIME SEMI-ABERTO	124	3,91	OUTROS - DILIGÊNCIAS	304	9,59
TRABALHO EXTERNO	0	0,00			
INDULTO	0	0,00			
REMICAO DE PENA	29	0,91			
COMUTACAO DE PENA	0	0,00			
SOMA OU UNIFICACAO DE PENAS	1	0,03			
ABOLITIO CRIMINIS	0	0,00			
TRANSFERENCIA DE UNIDADE	0	0,00			
PRISAO DOMICILIAR	0	0,00			
SAIDA TEMPORARIA	0	0,00			
CONVERSAO DE PPL EM PRD	0	0,00			
DETRACAO DA PENA	0	0,00			

Provisórios

Total de Provisórios: 1899

Benefício Concedido		355	Sem Benefício		1544
Decisão	Total	%	Decisão	Total	%
EXPEDIDA GUIA DE EXECUCAO PROVISORIA	6	0,19	CONVERSÃO DE PRISÃO EM FLAGRANTE EM PRISÃO PROVISÓRIA/MANUTENÇÃO DA PRISÃO PROVISÓRIA	1431	45,13
RELAXAMENTO DO FLAGRANTE	11	0,35	OUTROS - DILIGÊNCIAS	113	3,56
LIBERDADE PROVISÓRIA/ REVOGAÇÃO PREVENTIVA	338	10,66			



Poder Judiciário

Conselho Nacional de Justiça

FORMULÁRIO DE INSPEÇÃO

Estabelecimento Prisional

Nome: CASA DE CUSTÓDIA DA CAPITAL
Endereço: Rodovia BR 104, Km 15, Tabuleiro dos Martins, Maceió – AL.
Fone: (82)33155426
E-mail: prontuariocustodia@sgap.al.gov.br
Vagas: 240
Lotação atual: 530
Responsável pelo Estabelecimento: Alessandra Cavalcante de Menezes
Formação Acadêmica do Responsável: Administração de Recursos Humanos

Data da Inspeção

19/11/2013

Participantes da Inspeção

Reno Viana - Juiz Coordenador do Mutirão Carcerário do CNJ
Manoel Delfino Júnior – Conselheiro Penitenciário e da Comunidade
Luis Gustavo Peixoto Cavalcante – Escrivão Judicial a serviço do CNJ
Vera Lúcia Ayres da Costa - Conselheira da Comunidade
Ivan Ramos Santos – Conselheiro da Comunidade
Verinaldo Dantas - Conselheiro da Comunidade

Estabelecimento

Presos Condenados (X) Sim () Não	Quantidade: 3
Observação: trabalhadores internos	
Presos Provisórios (X) Sim () Não	Quantidade: 527
Medidas de Segurança () Sim (X) Não	Quantidade:
Presos () sexo feminino	(X) sexo masculino
Quantidade Masculino: 530	Quantidade Feminino:
Presos em tratamento de saúde (X) Sim () Não	
Quantidade de presos em tratamento: 2, um cadeirante e 1 hipertenso	

Quantidade

Vagas para Presos em Medida Disciplinar: 0
Presos em Medida Disciplinar: 0
Vagas para Presos em Celas de Proteção: 12
Presos em Celas de Proteção: 30
Vagas para Presos em Cumprimento de RDD: 0
Presos em Cumprimento de RDD: 0
Vagas para Trabalho: 18
Presos Trabalhando: 18
Vagas para Estudo na Unidade: 0



Poder Judiciário

Conselho Nacional de Justiça

Presos estudando na unidade: 0
Vagas para Presas Gestantes: 0
Presos em razão de prisão civil decretada: 0
Fugas no último ano (novembro de 2012 a novembro 2013): 2
Quantidade de rebeliões: 1 motim, em virtude da interrupção de alguns serviços por culpa greve do agentes penitenciários.

Última inspeção judicial realizada na unidade, segundo livro de inspeções: 14/05/2013

Última inspeção realizada pelo MP na unidade, segundo livro de inspeções: 12/11/2013

Área destinada para visita familiar

Sim Não

É assegurado o direito de visita

Sim Não

Áreas de banho de sol

Sim Não

Observação: Nesta unidade, os presos não usufruem de banho de sol.

Biblioteca

Sim Não

Enfermaria

Sim Não

Espaço para prática esportiva

Sim Não

Observação: não é utilizado.

Gabinetes odontológicos

Sim Não

Local apropriado para cultos

Sim Não

Local de visitação íntima

Sim Não

É assegurado o direito de visitas íntimas?

Sim Não

Sala de entrevista com advogado



Poder Judiciário

Conselho Nacional de Justiça

Sim Não

Observação: existe um parlatório, com 6 cabines, cuja mobília foi fornecida pela OAB/AL

Estão sendo atendidas as distinções quanto à idade

Sim Não

Estão sendo atendidas as distinções quanto ao sexo

Sim Não PREJUDICADO

O estabelecimento penal possui unidade materno-infantil

Sim Não PREJUDICADO Quantidade:

Preso provisório fica separado do condenado

Sim Não PREJUDICADO

O preso primário fica separado do reincidente

Sim Não Em parte

Há celas escuras?

Sim Não

Observação: As duas que existiam foram transformadas em almoxarifado

Há sanções coletivas?

Sim Não Em parte

Há prestação de Assistência Material?

Sim Não Em parte

Observação: Os detentos recebem um quite de higiene contendo escova de dentes, creme dental, papel higiênico sabonete e sabão em barra, além de 2 pares de fardamento, excluindo o calçado, e lençol de cama.

Há local para realização de atividades laborativas?

Sim Não Em parte

Há prestação de Assistência: Saúde?

Sim Não Em parte

Observação:

Há prestação de Assistência: Jurídica?

Sim Não Em parte

Observação: A unidade conta com uma advogada contratada pela SGAP, que atende 3 dias por semana, de segunda a quarta.

Há prestação de Assistência: Educacional?



Poder Judiciário

Conselho Nacional de Justiça

Sim Não Em parte

Há prestação de Assistência: Social?

Sim Não Em parte

Há prestação de Assistência: Religiosa?

Sim Não Em parte

Encontradas armas de fogo ou instrumentos capazes de ofender a integridade física?

Sim Não

Espécie/quantidade/período: Espetos confeccionados com resíduos retirados das grades das celas.

Aparelhos de comunicação e/ou acessórios apreendidos

Sim Não

Quantidade/período: Entre 10 e 15 trimestralmente

Mortes naturais

Sim Não

Quantidade/período e causa:

Mortes por homicídio

Sim Não

Quantidade/período:

Mortes por suicídio

Sim Não

Quantidade/período:

Situação do Estabelecimento Penal

Estrutura Física – O presídio serve como “porta de entrada” para distribuição dos presos no sistema prisional, destinado ao ingresso dos presos provisórios e reincidentes advindos dos cárceres da polícia civil. Conta com uma estrutura administrativa em bom estado de conservação, no entanto, seus dois módulos, cada um com 30 celas, 1 triagem e 2 seguros, necessitam de reparos. Foram encontrados problemas relacionados a falta de iluminação nas celas, corredores e módulos, infiltração, além de gambiarras elétricas em quase todas as celas da unidade, fato que põe em risco a integridade física dos apenados, visitantes e de todos que trabalham na unidade.

As celas de triagem têm capacidade para 8 presos cada, no entanto havia 15 na triagem do módulo I e 19 na do módulo II. Nesta última uma cena desumana, homens amontoados, dormindo sentados no chão por falta de espaço, sem colchão e sem lençol, há seis dias. Também nas triagens são custodiados os encarcerados sem convívio nos módulos e os que cometeram crime contra dignidade sexual. Um dos presos custodiados na triagem denunciou que estavam isolados no seguro dois presos há mais de uma semana, informação dada como



Poder Judiciário

Conselho Nacional de Justiça

negativa por um dos diretores da unidade quando foi perguntado se havia algum preso, por qualquer motivo, de castigo. Feita a inspeção, constatou-se a veracidade da denúncia. Indagados, os custodiados admitiram estarem ali um a quatro dias, por falta de convívio e o outro a oito dias, por não confirmar uma informação requerida em um interrogatório feito no presídio. Segundo o diretor Ednaldo Caetano, ambos estavam no isolamento apenas porque as celas de triagem restavam superlotadas. Os detentos foram imediatamente removidos para outras celas.

O tamanho das celas não está adequado ao que prevê a Lei de Execuções Penais, ou seja, não possuem área mínima de 6m² (seis metros quadrados).

Os presos reclamam que não estão sendo fornecidos os materiais básicos para a higiene das celas, como sabão em pó e vassouras. Confirmaram ainda o fim da prática do “batismo”, que consistia em espancamento e tratamento humilhante aos recém-chegados, como forma de afirmação do domínio dos agentes de segurança do presídio. De acordo com o preso representante do módulo I, felizmente, depois de muitas denúncias, deixaram de existir a tortura e o tratamento humilhante. Outros pontos de reclamação foram a ausência de banho de sol e o atraso no ingresso das visitas.

Lotação - A unidade tem capacidade estimada para 240 presos, mas possui 530. As celas, com capacidade para 4 presos, hoje abrigam, em média, 8 presos. Sendo assim, existe uma superlotação de mais de 100% acima da capacidade normal.

A situação é demais desumana, pois as celas, além de não possuírem o tamanho ideal para um preso, abrigam aproximadamente 08 a 10 detentos, os quais se amontoam nos corredores daquela célula prisional.

Observa-se que os presos não passam o dia encarcerados nas celas - isto só ocorre no período noturno -. No período da manhã, transitam no corredor dos módulos, relativamente amplo, fato que minimiza a sensação de superlotação.

Segurança - A segurança não é das melhores dentro do estabelecimento prisional. Existem poucos agentes penitenciários ocupando a unidade, num total de 10 por dia, 8 homens e 2 mulheres, em turnos de 24h por 72h. Para o diretor do presídio, o maior problema para a administração da unidade é a falta de efetivo e não há previsão de concurso público para agente penitenciário. Informou também que são raros os cursos de reciclagem oferecidos pela SGAP.

O Grupo de Intervenções Táticas - GITE atua na segurança externa da unidade, sendo essa equipe constituída, em parte, de funcionários terceirizados. Tal fato, a priori, revela-se como uma violação ao princípio constitucional do concurso público, ainda mais porque esta é considerada uma atividade-fim do sistema prisional.



Poder Judiciário

Conselho Nacional de Justiça

Frequentemente são encontrados instrumentos corto-perfuro-contundentes, capazes de ofender a integridade física dos detentos, confeccionados por eles com resíduos metálicos retirados das grandes das celas. São encontrados também aparelhos celulares e seus acessórios com os presos, mesmo a unidade possuindo sistema de detecção de metais em funcionamento no momento da inspeção. Consigne-se, porém, que o scanner de bagagem estava quebrado e sem previsão de conserto.

Existe a notícia informal de que há ocorrência de crime organizado comandado pelo PCC e por uma organização criminosa local chamada de “Firma”.

Durante o transcurso deste ano, ocorreram duas fugas, uma pela muralha, sendo o detendo recapturado, e outra pela porta da frente, viabilizada por um preso que se deixou passar por outro no momento em que recebeu o alvará de soltura. A última rebelião foi registrada em novembro de 2007. O motim mais recente sucedeu no dia dos pais deste ano, em virtude da suspensão das visitas, como consequência da greve dos agentes penitenciários.

Ultimamente, diminuiu a apreensão de drogas. Possivelmente, essa diminuição é consequência da determinação das facções criminosas de banir o uso do craque por seus integrantes. Todavia, segundo o diretor, embora mais escassa, ainda sucede a apreensão de maconha e cocaína.

No corrente ano, foram instaurados 5 processos administrativos, culminando somente em 1 punição.

Situação dos Presos no Estabelecimento

Alimentação - A unidade possui cozinha própria, embora em condição duvidosa de higiene, confecciona cerca de 700 refeições por turno, para os presos e funcionários, composta por café da manhã, almoço, janta e dois lanches. Alguns presos reclamaram da qualidade dos alimentos, outros da quantidade. Nas palavras do representante do módulo I, o pior da alimentação é que “dia de quinta e sexta-feira eles só dão munguzá pra gente na janta, ninguém merece, qual é o homem que vai se sustentar só comendo mungunzá?”, reclamou. Já a nutricionista do presídio, Thamyles Mendonça, quando perguntada sobre qual a base nutricional adotada, seja quantidade de calorias por homem adulto ou valor nutricional dos alimentos, respondeu que, com os recursos que lhe são disponíveis pelo sistema, ainda não é possível orientar-se por nenhuma dessas tabelas nutricionais, mas formula o cardápio pela qualidade dos alimentos, inclusive diferenciando para hipertensos e diabéticos.

A água fornecida para os presos beberem não é filtrada e vem diretamente da torneira.

Assistência à Saúde - O estabelecimento possui enfermaria de estrutura razoável, com 03 leitos para presos debilitados, assistida diariamente por 01 técnica de enfermagem plantonista (24h), 02 diaristas e 01 enfermeira, durante a inspeção havia 03 convalescentes, um deles com um projétil alojado no membro inferior direito. O consultório médico é pequeno e simplório. O consultório odontológico é aparentemente bem equipado para fornecer os atendimentos básicos. Outra grande



Poder Judiciário

Conselho Nacional de Justiça

reclamação dos presos é que a assistência médica e odontológica dá-se apenas uma vez por semana. De acordo com a enfermeira Fabiana Fonseca, as patologias mais frequentes são diabetes, hipertensão, tuberculose e distúrbios mentais. No ano passado houve um caso de leptospirose. Já houve 01 caso de doente com o vírus HIV. Há casos de doenças sexualmente transmissíveis como a sífilis e a hepatite. No momento da chegada do preso é feito o denominado teste rápido, para detecção das doenças mais comuns.

Na farmácia, foram encontrados poucos medicamentos. Nesta unidade são receitados com maior frequência: analgésicos, anti-hipertensivos, antibióticos e psicotrópicos. Na falta do medicamento, é facultada a família do preso fornecer. Se a família não dispor, é feita uma requisição ao Diretor de Saúde do sistema.

De segunda a sexta-feira está disponível aos detentos assistência psicológica. Se houver a necessidade de atendimento psiquiátrico, o paciente é encaminhado ao Centro Psiquiátrico Judiciário.

Assistência Educacional – Não existe nesta unidade. O Gerente de Segurança e Disciplina Ednaldo Caetano esclareceu que a inviabilidade na prestação educacional ocorre em virtude do pouco e imprevisível tempo que o preso passa no presídio, já que se trata de uma unidade de passagem e adaptação ao sistema prisional. Inquirido sobre a possibilidade de oferecer cursos de pequena duração, respondeu que é uma possibilidade que já está sendo analisada pela gerência.

A leitura é restrita a literatura religiosa. Recentemente foi estendida ao material de estudo para o Enem. Na última edição do Enem, segundo a gerência, 70% dos inscritos alcançaram aprovação.

A situação dos presos é de ociosidade, de forma que muitos protestaram por não conseguirem trabalhar nem estudar, uma vez que, por idênticos motivos, nenhuma prática de laborterapia é aplicada.

Trabalho – Apenas 18 presos trabalham, todos internamente na manutenção do presídio, em serviços gerais, entrega de alimentação, horta, e cozinha.

Assistência Social e Material – além do quite higiene, os encarcerados recebem 02 pares de fardamento, sem as sandálias, arcadas pela família. Duas assistentes sociais se revezam durante toda a semana no atendimento aos presos e seus familiares. Um dos motivos mais recorrentes dos detentos é a obtenção de documentos. Essa ausência de documentação de presos leva a problemas na própria execução da pena. Nas guias de execução penal são frequentes as ocorrências de ausência de informações pessoais do preso, muitas vezes até contraditórias.

Assistência Religiosa – As Igrejas Evangélicas Assembleia de Deus e Universal do Reino de Deus, além da Pastoral Carcerária prestam assistência religiosa no presídio. Por não haver lugar próprio para cultos, os religiosos ministram em frente aos módulos, realizam estudos bíblicos e distribuem literatura religiosa.

Assistência Jurídica – O contato do preso com o advogado acontece no parlatório. A SGAP mantém uma advogada contratada, que dá expediente 3 dias na semana, de segunda a quarta-feira. Segundo a direção do presídio, raramente ocorre a visita da defensoria pública. Muitos presos reclamaram da morosidade no julgamento de seus processos, principalmente aqueles processados pela 17ª Vara Criminal da Capital.



Poder Judiciário

Conselho Nacional de Justiça

Providências para o adequado funcionamento do estabelecimento

Adotadas no âmbito do Mutirão Carcerário.

ACERVO FOTOGRÁFICO





Poder Judiciário

Conselho Nacional de Justiça





Poder Judiciário

Conselho Nacional de Justiça





Poder Judiciário

Conselho Nacional de Justiça

FORMULÁRIO DE INSPEÇÃO

Estabelecimento Prisional

Nome: PENITENCIÁRIA MASCULINA BALDOMERO CAVALCANTI DE OLIVEIRA
Endereço: BR 104 NORTE, KM 15, TABULEIRO DOS MARTINS, MACEIÓ-AL
Fone: 082 33151044/1046
E-mail: gppmbco@sgap.al.gov.br
Vagas: 669
Lotação atual: 901
Responsável pelo Estabelecimento: Marcellus Salustre Marcato
Formação Acadêmica do Responsável: Gestão Hospitalar

Data da Inspeção

06/11/2013

Participantes da Inspeção

Reno Viana - Juiz Coordenador do Mutirão Carcerário do CNJ
Miguel Antonio Figueiredo Moyses - Servidor destacado pelo CNJ
Conselheiros da Comunidade
José Braga Neto - Juiz da 16ª Vara Criminal de Maceió e Coordenador Estadual do Mutirão

Estabelecimento

Presos Condenados	Sim Não	Quantidade: 884
Observação:		
Presos Provisórios	Sim Não	Quantidade: 17
Medidas de Segurança () Sim () Não		Quantidade: 0
Presos	sexo feminino Quantidade Masculino: 901	sexo masculino Quantidade Feminino:
Presos em tratamento de saúde	Sim Não	
Quantidade de presos em tratamento:		

Quantidade

Vagas para Presos em Medida Disciplinar: 0
Presos em Medida Disciplinar: 0
Vagas para Presos em Celas de Proteção: 0
Presos em Celas de Proteção: 0
Vagas para Presos em Cumprimento de RDD: 0
Presos em Cumprimento de RDD: 0
Vagas para Trabalho: 136
Presos Trabalhando: 136
Vagas para Estudo na Unidade: 100



Poder Judiciário

Conselho Nacional de Justiça

Presos estudando na unidade: 27
Vagas para Presas Gestantes: -
Presos em razão de prisão civil decretada: 0
Fugas no último ano (maio de 2009 a maio 2010): 2012 - 0; 2013 - 02
Quantidade de rebeliões: 2012 e 2013 - 0

Última inspeção judicial realizada na unidade, segundo livro de inspeções: não existe livro de inspeções

Última inspeção realizada pelo MP na unidade, segundo livro de inspeções: não existe livro de inspeções

Área destinada para visita familiar

Sim Não

É assegurado o direito de visita

Sim Não

Áreas de banho de sol

Sim Não

Observação: Na maioria dos módulos, diariamente. No entanto, existe um módulo (módulo III seguro) na qual os presos relataram passar mais de 08 meses sem tomar banho de sol.

Biblioteca

Sim Não

Enfermaria

Sim Não

Espaço para prática esportiva

Sim Não

Gabinetes odontológicos

Sim Não

Local apropriado para cultos

Sim Não

Local de visita íntima

Sim Não



Poder Judiciário

Conselho Nacional de Justiça

É assegurado o direito de visitas íntimas?

Sim Não

Sala de entrevista com advogado

Sim Não

Observação: Existe um parlatório com 05 vagas, todavia em 04 delas não existe cadeira para o advogado sentar e exercer com dignidade as suas prerrogativas da profissão.

Estão sendo atendidas as distinções quanto à idade

Sim Não

Estão sendo atendidas as distinções quanto ao sexo

Sim Não

O estabelecimento penal possui unidade materno-infantil

Sim Não Prejudicado

Quantidade:

Preso provisório fica separado do condenado

Sim Não Prejudicado.

O preso primário fica separado do reincidente

Sim Não Em parte

Há celas escuras?

Sim Não

Observação: Mas há celas com pouca luminosidade

Há sanções coletivas?

Sim Não Em parte

Há prestação de Assistência Material?

Sim Não Em parte

Observação: Em algumas celas, presos reclamam não ter colchões suficientes para a população carcerária.

Há local para realização de atividades laborativas?

Sim Não Em parte



Poder Judiciário

Conselho Nacional de Justiça

Há prestação de Assistência: Saúde?

Sim Não Em parte

Observação: Os casos mais graves são encaminhados para um hospital público

Há prestação de Assistência: Jurídica?

Sim Não Em parte

Observação: Há um advogado na unidade que presta assistência jurídica 03 dias na semana.

Há prestação de Assistência: Educacional?

Sim Não Em parte

Há prestação de Assistência: Social?

Sim Não Em parte

Há prestação de Assistência: Religiosa?

Sim Não Em parte

Encontradas armas de fogo ou instrumentos capazes de ofender a integridade física?

Sim Não

Espécie/quantidade/período: Em média, são encontrados 10 instrumentos dessa natureza. Todavia, o diretor informou não ter encontrado armas de fogo no ano de 2013.

Aparelhos de comunicação e/ou acessórios apreendidos

Sim Não

Quantidade/período: Em média, 15 por mês

Mortes naturais

Sim Não

Quantidade/período e causa: 2013 - 01

Mortes por homicídio

Sim Não

Quantidade/período: 2013 - 01 (O diretor informou que o caso está sendo apurado)

Mortes por suicídio

Sim Não

Quantidade/período:

Situação do Estabelecimento Penal

- Estrutura física -

O estabelecimento penal está necessitando de reparos, embora seja amplo e visivelmente tenha uma estrutura segura. Foram encontrados problemas relacionados à falta de iluminação nas celas, corredores e módulos, infiltração, principalmente no módulo



Poder Judiciário

Conselho Nacional de Justiça

III/seguro, onde os presos são expostos ao piso molhado devido às constantes infiltrações, as quais provêm, inclusive do teto da unidade.

O módulo II, com 48 celas, está totalmente desativado e caso estivesse em funcionamento poderia minimizar a questão da superlotação.

Foram encontradas gambiarras elétricas em diversas celas da unidade, fato que põe em risco a integridade física dos apenados, visitantes e de todos que trabalham na unidade.

Existe um córrego de água sob a unidade prisional que está sujo e exposto. Presos informam que em tempos de chuva o referido canal transborda e alaga parte dos pavilhões e celas da unidade.

O tamanho das celas não está adequado ao que prevê a Lei de Execuções Penais, ou seja, não possui área mínima de área mínima de 6,00m² (seis metros quadrados).

Os presos reclamam de falta de água na unidade.

- Lotação -

A unidade, destinada a presos do regime fechado, tem capacidade estimada para 669 presos, mas possui 901 apenados. Diz-se estimada, pois as informações prestadas não levam em conta que os presos do regime fechado deveriam estar em celas individuais, consoante art. 88 da Lei de Execuções penais. A média de presos por cela é de 5 presos. Sendo assim, para a LEP, existe uma superlotação em torno de 400% acima da capacidade normal. Para os cálculos do sistema carcerário, a lotação gira em torno de 34% acima do limite informado, ou seja, com taxa de ocupação em torno de 1,34 preso/vaga.

A situação é demais desumana, pois as celas, além de não possuírem o tamanho ideal para um preso, abrigam aproximadamente 05 a 06 detentos, os quais se amontoam nos corredores daquela célula prisional.

Observa-se que os presos não passam o dia encarcerados nas celas - isto só ocorre no período noturno -. No período da manhã, transitam pelas dependências dos módulos, relativamente amplas, fato que minimiza a sensação de superlotação.

Segurança

A segurança é insuficiente dentro do estabelecimento prisional. Existem poucos agentes penitenciários ocupando a unidade.

O Diretor da unidade informa que o Grupo de Intervenções Táticas - GITE atua diariamente na segurança da unidade, sendo essa equipe constituída, em parte, de funcionários terceirizados. Tal fato, a priori, revela-se como uma violação ao princípio constitucional do



Poder Judiciário

Conselho Nacional de Justiça

concurso público, ainda mais porque esta é considerada uma atividade-fim do sistema prisional.

A falta de segurança da unidade inspecionada está prejudicando até mesmo o acesso de presos ao estudo, pois a alegação de que as vagas oferecidas não estão sendo ocupadas se dá pelo fato de não ser possível escoltar todos os presos que querem estudar para dentro das salas de aula.

Outro importante item e que foi corroborado pelo Juiz da 16ª Vara Criminal é no referente ao transporte de presos para atos em juízo. O referido informou que colegas reclamam de cancelamento ou atraso de audiências devido ao não envio do preso no horário indicado, principalmente para participação de audiências.

Frequentemente, são encontrados instrumentos capazes de ofender a integridade física dos seres humanos e também aparelhos celulares e seus acessórios com presos, mesmo a unidade possuindo sistema de detecção de metais em funcionamento no momento da inspeção.

O Diretor informou que um preso de nome Gerson da Silva, atualmente albergado no manicômio judiciário, lhe acusou de tortura, sob a alegação de que aquele agente estaria envenenando sua comida e tentando contra a sua vida.

Existe a notícia informal de que há ocorrência de crime organizado comandado pelo PCC nos módulos IV e V da unidade,

De qualquer modo, quanto à segurança em geral, não há informações de fuga e/ou rebelião.

Situação dos Presos no Estabelecimento

- Alimentação/ saúde/ Estudo/trabalho/ assistência social e material/ assistência religiosa -

A alimentação dos presos é fornecida diariamente 4x ao dia (Café, lanche, Almoço, janta), sendo que alguns reclamam na qualidade e ou quantidade da comida. Esta é fornecida pela cozinha do Complexo penitenciário, não estando terceirizada, segundo informações do Diretor da Unidade.

A água fornecida para os presos beberem não é filtrada e vem diretamente da torneira.

O estabelecimento possui enfermaria com 02 enfermeiras, 02 técnicas de enfermagem, 01 psicóloga e 01 médico. A enfermaria tem uma estrutura razoável e possui alguns quartos com maca para presos debilitados. As profissionais de saúde informaram existir somente 02 presos com tuberculose (um na primeira e outro na segunda fase da doença), porém ambos estão medicados. Outras informações dão conta de que na maioria dos casos de procura do setor são em função da ocorrência de eventuais DST's, todavia não existem casos de doentes com HIV e



Poder Judiciário

Conselho Nacional de Justiça

hepatite. As profissionais também informam que uma vez por semana são distribuídos preservativos e lubrificantes aos presos.

O preso Josimar Manoel da Silva, submetido à cirurgia do fêmur, está reclamando de falta de atendimento médico e de não estar fazendo fisioterapia.

Há 100 vagas para estudo. As aulas ocorrem com frequência, inclusive em duas salas, os próprios apenados são treinados para serem os difusores de conhecimentos. O programa é proveniente do governo federal. Infelizmente a maioria das vagas não está sendo ocupada, tanto por conta da falta de divulgação da atividade, como também por conta da falta de estrutura alegada para encaminhamento dos presos às salas de aula. Nos módulos III seguro, IV e V, nenhum dos presos tem a oportunidade de estudar nas vagas oferecidas pela unidade prisional.

A situação dos presos é de ociosidade, muitos alegam não ter trabalho e estudo, embora informem terem interesse, tanto que na cela V os presos, por sua conta, se organizaram e assistem aulas informais dentro das celas, sendo o material fornecido por suas próprias famílias.

Alguns presos fabricam artesanato, mas o poder executivo não oferece nenhuma estrutura para que os mesmos consigam vender as suas obras de arte.

No módulo V, presos reclamam de possuir somente um fardamento fornecido pela unidade e de não poderem usar outro tipo de roupa.

O preso Genivaldo Gomes Vital reclama de não poder marcar consultas médicas devido não ter documentação pessoal. Essa ausência de documentação de presos leva a problemas na própria execução da pena. Nas guias de execução penal são frequentes as ocorrências de ausência de informações pessoais do preso, muita das vezes até contraditórias. A priori, vê-se que a identificação de presos no Estado de Alagoas é precária.

Os presos têm oportunidade de acompanhar cultos religiosos

Assistência Jurídica e Situação processual dos presos

Existe uma sala da OAB na entrada da unidade e uma sala da Defensoria Pública. Existe um parlatório, cuja estrutura é deficiente. Existe, ainda, uma sala para assistência jurídica oferecida pela Unidade.

Há informações de que a assistência jurídica é prestada pela OAB e também por uma advogada da Unidade. Todavia, a maioria dos presos reclamam da demora no julgamento dos seus processos.

Providências para o adequado funcionamento do estabelecimento



Poder Judiciário

Conselho Nacional de Justiça

Providências adotadas no âmbito do Mutirão Carcerário.

ACERVO FOTOGRÁFICO





Poder Judiciário

Conselho Nacional de Justiça





Poder Judiciário

Conselho Nacional de Justiça





Poder Judiciário

Conselho Nacional de Justiça

FORMULÁRIO DE INSPEÇÃO

Estabelecimento Prisional

Nome: PRESIDIO DE SEGURANÇA MÉDIA CYRIDIÃO DURVAL DE OLIVEIRA E SILVA
Endereço: RODOVIA BR 104, NORTE, KM 18, TABULEIRO DOS MARTINS
Fone: 08233151061/1064
E-mail: gp.pcds@sgap.al.gov.br
Vagas: 330
Lotação atual: 764
Responsável pelo Estabelecimento: Talys Henrique Cabral Barbosa
Formação Acadêmica do Responsável: Administração Superior

Data da Inspeção

14/11/2013

Participantes da Inspeção

Reno Viana - Juiz Coordenador do Mutirão Carcerário do CNJ
Miguel Antonio Figueiredo Moyses - Servidor destacado pelo CNJ
Conselheiros da Comunidade
Manoel Delfino Junior - Servidor TJAL

Estabelecimento

Presos Condenados	Sim Não	Quantidade: 51
Observação:		
Presos Provisórios	Sim Não	Quantidade: 713
Medidas de Segurança () Sim () Não		Quantidade: 0
Presos	sexo feminino Quantidade Masculino: 764	sexo masculino Quantidade Feminino:
Presos em tratamento de saúde	Sim Não	
Quantidade de presos em tratamento:		

Quantidade

Vagas para Presos em Medida Disciplinar: 0
Presos em Medida Disciplinar: 0
Vagas para Presos em Celas de Proteção: 0
Presos em Celas de Proteção: 0
Vagas para Presos em Cumprimento de RDD: 0
Presos em Cumprimento de RDD: 0
Vagas para Trabalho: 98
Presos Trabalhando: 98
Vagas para Estudo na Unidade: 88



Poder Judiciário

Conselho Nacional de Justiça

Presos estudando na unidade: 88
Vagas para Presas Gestantes: -
Presos em razão de prisão civil decretada: 0
Fugas no último ano (maio de 2009 a maio 2010): 0
Quantidade de rebeliões: em 2013 teve 01 motim.

Última inspeção judicial realizada na unidade, segundo livro de inspeções: não existe livro de inspeções

Última inspeção realizada pelo MP na unidade, segundo livro de inspeções: não existe livro de inspeções

Área destinada para visita familiar

Sim Não

É assegurado o direito de visita

Sim Não

Áreas de banho de sol

Sim Não

Observação:

Biblioteca

Sim Não

Enfermaria

Sim Não

Espaço para prática esportiva

Sim Não

Gabinetes odontológicos

Sim Não

Local apropriado para cultos

Sim Não

Local de visita íntima

Sim Não

É assegurado o direito de visitas íntimas?



Poder Judiciário

Conselho Nacional de Justiça

Sim Não

Sala de entrevista com advogado

Sim Não

Observação:

Estão sendo atendidas as distinções quanto à idade

Sim Não

Estão sendo atendidas as distinções quanto ao sexo

Sim Não

O estabelecimento penal possui unidade materno-infantil

Sim Não Prejudicado

Quantidade:

Preso provisório fica separado do condenado

Sim Não Prejudicado.

O preso primário fica separado do reincidente

Sim Não Em parte

Há celas escuras?

Sim Não

Observação:

Há sanções coletivas?

Sim Não Em parte

Há prestação de Assistência Material?

Sim Não Em parte

Observação:

Há local para realização de atividades laborativas?

Sim Não Em parte

Há prestação de Assistência: Saúde?

Sim Não Em parte

Observação: Os casos mais graves são encaminhados para um hospital público



Poder Judiciário

Conselho Nacional de Justiça

Há prestação de Assistência: Jurídica?

Sim Não Em parte

Observação: Há um advogado na unidade que presta assistência jurídica 04 dias na semana das 8:00 às 16:00h. Não há registro de presença da Defensoria Pública, apesar de a direção informar que há sala para tais agentes públicos.

Há prestação de Assistência: Educacional?

Sim Não Em parte

Há prestação de Assistência: Social?

Sim Não Em parte

Há prestação de Assistência: Religiosa?

Sim Não Em parte

Encontradas armas de fogo ou instrumentos capazes de ofender a integridade física?

Sim Não

Espécie/quantidade/período: Em média, são encontrados 30 instrumentos dessa natureza por mês

Aparelhos de comunicação e/ou acessórios apreendidos

Sim Não

Quantidade/período: Em média, 30 por mês

Mortes naturais

Sim Não

Quantidade/período e causa:

Mortes por homicídio

Sim Não

Quantidade/período:

Mortes por suicídio

Sim Não

Quantidade/período:

Situação do Estabelecimento Penal

- Estrutura física e lotação nas celas -

O estabelecimento penal está em péssimas condições, sendo totalmente insalubre para custodiar presos. Foram encontradas celas escuras, infiltrações em corredores e módulos, gambiarras em várias celas, fatos que afetam a dignidade e saúde dos que lá se encontram.



Poder Judiciário

Conselho Nacional de Justiça

A cozinha, localizada no referido estabelecimento, e que atende grande parte do sistema penitenciário, tem condições de higiene precária, sendo visível notar, no ato da inspeção, o acúmulo de panelas utilizadas para a feitura das refeições próximas a bueiros de esgoto.

As celas estão superlotadas, algumas com 11 a 12 presos por cela, muitos deles dormindo no chão dessas unidades. O estabelecimento funciona com 131% acima de sua capacidade indicada.

Segurança

A insegurança dentro da unidade é visível. Existem poucos agentes penitenciários ocupando a unidade e os presos sequer conseguem se dirigir à sala de aula por falta de escolta.

Este ano houve um motim de presos, ocasião em que danificaram um módulo da unidade.

Frequentemente são encontrados inúmeros instrumentos capazes de ofender a integridade física dos seres humanos e também aparelhos celulares e seus acessórios com presos.

O sistema detector de metais está sem funcionar desde agosto deste ano.

Inúmeros presos reclamam de maus tratos e tortura por parte dos agentes penitenciários da casa, todavia não indicaram quem seja. Afirmando os presos que esses funcionários agem encapuzados.

Existe a notícia informal de que há existência de crime organizado comandado pelas facções PCC e Firma nos módulos da Unidade.

Situação dos Presos no Estabelecimento

- Alimentação/ saúde/ Estudo/trabalho/ assistência social e material/ assistência religiosa -

A alimentação dos presos é fornecida diariamente 4x ao dia (Café, lanche, Almoço, janta), sendo que todos reclamam na qualidade e/ou quantidade da comida.

A rejeição à comida é tão visível que as lixeiras dos corredores no momento da inspeção estavam abarrotadas de restos de alimento.



Poder Judiciário

Conselho Nacional de Justiça

A água fornecida para os presos beberem não é filtrada e vem diretamente da torneira.

O estabelecimento possui enfermaria com 02 enfermeiros e o setor odontológico com 01 odontólogo. A enfermaria tem uma estrutura razoável.

No momento da inspeção foram encontrados vários presos que alegaram estar com problemas de saúde. Para os profissionais da saúde que trabalham no local, a reclamação maior é a falta de remédios, inclusive para diabéticos. O único medicamento disponível na unidade é o paracetamol.

O preso Jamerson Lima da Silva está com o braço quebrado e reclama que se encontra nesse estado há 02 meses sem que tenha sido atendido. O referido preso alega ainda que está com problemas de coração.

As demandas constante para atendimento médico se dão por conta de tosse, gripe e virose. No momento da inspeção um preso encontrava-se no setor da enfermaria em observação dormindo numa cama, sem colchão, do referido setor.

Há poucas vagas para estudo, e mesmo assim os presos não conseguem ocupar as vagas oferecidas, alguns por não terem como se dirigirem à sala de aula por falta de escolta, outros por falta de alimentação.

Assistência Jurídica e Situação processual dos presos

Não há notícias de presença da Defensoria Pública na unidade, embora alegue o Diretor existir uma sala exclusiva para esses profissionais.

Há informações de que a assistência jurídica é prestada por um advogado da Unidade, cujo atendimento se dá 4x na semana.

A maioria dos presos reclama da demora no julgamento dos seus processos, inclusive por parte da 17ª Vara Criminal da Capital. A maioria reclama estarem custodiados por longa data sem julgamento. Existiram relatos de presos que estão presos sem julgamento há mais de 02, 03, 04 e até 05 anos.

Reclamações por excesso de prazo:

1. Processo 0500920-97.2011.8.02.0001 - 17ª Criminal - processo de réu preso concluso para sentença desde o dia 21.01.2013 mas até o dia da consulta no sistema (20.11.2013) o processo ainda não havia sido julgado.

2. Processo 0047283-68.2012.8.02.0001 - 17ª Criminal - Processo de réu preso concluso para sentença desde o dia 06.08.2013, e até a data da consulta (20.11.2013) o processo ainda não havia sido julgado.

3. Processo 0000303-51.2009.8.02.0044 - Vara Única de Marechal Deodoro - Processo de réu preso (Adriano Barbosa da Silva), distribuído em 14.09.2009 e até a data da consulta (20.11.2013) não havia julgamento, ou seja, está há mais de 04 anos sem julgamento definitivo.



Poder Judiciário

Conselho Nacional de Justiça

4. Processo 0500046-83.2009.8.02.0001- Vara Única de Mata Grande- Processo de réu preso (Elilton Alves Barros), distribuído inicialmente para a 17ª Vara em 12.02.2009 e até o dia da consulta (20.11.2013) ainda não havia sido julgado definitivamente. Observa-se que somente em julho de 2013, ou seja, depois de transcorridos mais de 04 anos naquele Juízo, fora declinada a competência para a Comarca de Mata Grande.

Providências para o adequado funcionamento do estabelecimento

Adotadas no âmbito do Mutirão Carcerário.

ACERVO FOTOGRÁFICO





Poder Judiciário

Conselho Nacional de Justiça





Poder Judiciário

Conselho Nacional de Justiça





Poder Judiciário

Conselho Nacional de Justiça





Poder Judiciário

Conselho Nacional de Justiça

FORMULÁRIO DE INSPEÇÃO

Estabelecimento Prisional

Nome: PRESÍDIO DE SEGURANÇA MÁXIMA - PSM

Endereço: BR 104, KM 15, S/Nº

Fone: 082 33151761/1762

E-mail:

Vagas: 192

Lotação atual: 147

Responsável pelo Estabelecimento: Josinaldo Anísio da Silva

Formação Acadêmica do Responsável: Capitão da PM e Bacharel em Segurança Pública

Data da Inspeção

12/11/2013

Participantes da Inspeção

Reno Viana - Juiz Coordenador do Mutirão Carcerário do CNJ

Miguel Antonio Figueiredo Moyses - Servidor destacado pelo CNJ

Conselheiros da Comunidade

José Braga Neto - Juiz da 16ª Vara Criminal de Maceió e Coordenador Estadual do Mutirão

Estabelecimento

Presos Condenados	Sim Não	Quantidade: 92
Observação:		
Presos Provisórios	Sim Não	Quantidade: 55
Medidas de Segurança () Sim () Não		Quantidade: 0
Presos	sexo feminino	sexo masculino
	Quantidade Masculino: 147	Quantidade Feminino:
Presos em tratamento de saúde	Sim Não	
Quantidade de presos em tratamento:		

Quantidade

Vagas para Presos em Medida Disciplinar: 192

Presos em Medida Disciplinar: 147

Vagas para Presos em Celas de Proteção: 0

Presos em Celas de Proteção: 0

Vagas para Presos em Cumprimento de RDD: 0

Presos em Cumprimento de RDD: 0

Vagas para Trabalho: 0



Poder Judiciário

Conselho Nacional de Justiça

Presos Trabalhando: 2
Vagas para Estudo na Unidade: 0
Presos estudando na unidade: 0
Vagas para Presas Gestantes: 0
Presos em razão de prisão civil decretada: 0
Fugas no último ano (maio de 2009 a maio 2010): 2012 e 2013 - 0
Quantidade de rebeliões: 0

Última inspeção judicial realizada na unidade, segundo livro de inspeções: não existe livro de inspeções

Última inspeção realizada pelo MP na unidade, segundo livro de inspeções: não existe livro de inspeções

Área destinada para visita familiar

Sim Não

É assegurado o direito de visita

Sim Não

Áreas de banho de sol

Sim Não

Observação:

Biblioteca

Sim Não

Enfermaria

Sim Não

Espaço para prática esportiva

Sim Não

Gabinetes odontológicos

Sim Não

Local apropriado para cultos

Sim Não

Local de visita íntima

Sim Não



Poder Judiciário

Conselho Nacional de Justiça

É assegurado o direito de visitas íntimas?

Sim Não

Sala de entrevista com advogado

Sim Não

Observação:

Estão sendo atendidas as distinções quanto à idade

Sim Não

Estão sendo atendidas as distinções quanto ao sexo

Sim Não

O estabelecimento penal possui unidade materno-infantil

Sim Não Prejudicado

Quantidade:

Preso provisório fica separado do condenado

Sim Não Prejudicado.

O preso primário fica separado do reincidente

Sim Não Em parte

Há celas escuras?

Sim Não

Observação:

Há sanções coletivas?

Sim Não Em parte

Há prestação de Assistência Material?

Sim Não Em parte

Observação:

Há local para realização de atividades laborativas?

Sim Não Em parte

Há prestação de Assistência: Saúde?



Poder Judiciário

Conselho Nacional de Justiça

Observação: Sim Não Em parte

Há prestação de Assistência: Jurídica?

Sim Não Em parte

Observação: Existe um advogado na unidade e há informações de que a Defensoria Pública aparece 01 vez na semana.

Há prestação de Assistência: Educacional?

Sim Não Em parte

Há prestação de Assistência: Social?

Sim Não Em parte

Há prestação de Assistência: Religiosa?

Sim Não Em parte

Encontradas armas de fogo ou instrumentos capazes de ofender a integridade física?

Sim Não

Espécie/quantidade/período: 2013 - entre 20 a 30, mas sem armas de fogo.

Aparelhos de comunicação e/ou acessórios apreendidos

Sim Não

Quantidade/período: aproximadamente 80, em 2013

Mortes naturais

Sim Não

Quantidade/período e causa:

Mortes por homicídio

Sim Não

Quantidade/período:

Mortes por suicídio

Sim Não

Quantidade/período:

Situação do Estabelecimento Penal

- Estrutura física -

O estabelecimento penal possui 02 módulos divididos em 12 celas, cada uma, sendo que em cada cela estão acomodados 08 presos.

Foram encontrados banheiros entupidos, apesar de o presídio aparentar boa estrutura.



Poder Judiciário

Conselho Nacional de Justiça

- Lotação -

A unidade tem capacidade estimada para 192 presos, e possui 147 apenados. Mesmo aparentemente sem superlotação, existe cela com até 09 presos.

Segurança

Existem poucos agentes penitenciários. A unidade conta com 28 agentes penitenciários que se revezam em 04 equipes por escala de plantão

Não há informações de fuga e/ou rebelião, mas há relatos não oficiais de que a unidade acolhe inúmeros presos de duas facções criminosas (PCC e FIRMA)

Situação dos Presos no Estabelecimento

- Alimentação/ saúde/ Estudo/trabalho/jurídica/ assistência social e material/ assistência religiosa -

A comida é fornecida pela cozinha do Complexo penitenciário, não estando terceirizada. Constatou-se que a comida oferecida é muito pouca para alguns presos. Os depósitos das comidas variam de tamanho em relação aos presos, uns chegando a comer quantidades muito pequenas, o que não é razoável.

Os presos bebem água diretamente da torneira. Talvez, seja essa a causa do elevado índice de diarreia que acomete os presos da unidade.

Os serviços de saúde no sistema prisional são feitos por 01 psicóloga, 01 assistente social, 01 enfermeira e 01 médica.

Existem 06 quartos para visita íntima.

Muitos presos reclamam da demora no julgamento dos seus processos.

Os presos não estudam e somente 02 deles trabalham o que dificulta o processo e ressocialização.

Providências para o adequado funcionamento do estabelecimento



Poder Judiciário

Conselho Nacional de Justiça

Adotadas no âmbito do Mutirão Carcerário.

ACERVO FOTOGRÁFICO





Poder Judiciário

Conselho Nacional de Justiça





Poder Judiciário

Conselho Nacional de Justiça





Poder Judiciário

Conselho Nacional de Justiça

FORMULÁRIO DE INSPEÇÃO

Estabelecimento Prisional

Nome: ESTABELECIMENTO PRISIONAL FEMININO SANTA LUZIA
Endereço: BR 104, KM 15, Nº 10, Tabuleiro do Martins, Maceió – AL
Fone: 082 33151088/1086
E-mail:
Vagas: 74
Lotação atual: 174
Responsável pelo Estabelecimento: Ludmila de Macêdo de Holanda
Formação Acadêmica do Responsável: Direito

Data da Inspeção

12/11/2013

Participantes da Inspeção

Reno Viana - Juiz Coordenador do Mutirão Carcerário do CNJ
Miguel Antonio Figueiredo Moyses - Servidor destacado pelo CNJ
Conselheiros da Comunidade
José Braga Neto - Juiz da 16ª Vara Criminal de Maceió e Coordenador Estadual do Mutirão
Imprensa

Estabelecimento

Presos Condenados	Sim Não	Quantidade: 39
Observação:		
Presos Provisórios	Sim Não	Quantidade: 135
Medidas de Segurança	() Sim () Não	Quantidade: 0
Presos	sexo feminino Quantidade Masculino:	sexo masculino Quantidade Feminino: 174
Presos em tratamento de saúde	Sim Não	
Quantidade de presos em tratamento:		

Quantidade

Vagas para Presos em Medida Disciplinar: 4
Presos em Medida Disciplinar: 0
Vagas para Presos em Celas de Proteção: 1
Presos em Celas de Proteção: 0
Vagas para Presos em Cumprimento de RDD: 0
Presos em Cumprimento de RDD: 0
Vagas para Trabalho: 54



Poder Judiciário

Conselho Nacional de Justiça

Presos Trabalhando: 50
Vagas para Estudo na Unidade: 52
Presos estudando na unidade: 52
Vagas para Presas Gestantes: 0
Presos em razão de prisão civil decretada: 0
Fugas no último ano (maio de 2009 a maio 2010): 2013 - 0
Quantidade de rebeliões: 0

Última inspeção judicial realizada na unidade, segundo livro de inspeções: não existe livro de inspeções

Última inspeção realizada pelo MP na unidade, segundo livro de inspeções: não existe livro de inspeções

Área destinada para visita familiar

Sim Não

É assegurado o direito de visita

Sim Não

Áreas de banho de sol

Sim Não

Observação:

Biblioteca

Sim Não

Enfermaria

Sim Não

Espaço para prática esportiva

Sim Não

Gabinetes odontológicos

Sim Não

Local apropriado para cultos

Sim Não

Local de visita íntima

Sim Não



Poder Judiciário

Conselho Nacional de Justiça

É assegurado o direito de visitas íntimas?

Sim Não

Sala de entrevista com advogado

Sim Não

Observação:

Estão sendo atendidas as distinções quanto à idade

Sim Não

Estão sendo atendidas as distinções quanto ao sexo

Sim Não

O estabelecimento penal possui unidade materno-infantil

Sim Não Prejudicado

Quantidade: Existem 03 bebês e 03 gestantes que se acomodam numa cela separada

Preso provisório fica separado do condenado

Sim Não Prejudicado.

O preso primário fica separado do reincidente

Sim Não Em parte

Há celas escuras?

Sim Não

Observação:

Há sanções coletivas?

Sim Não Em parte

Há prestação de Assistência Material?

Sim Não Em parte

Observação: Quinzenalmente são entregues quites contendo sabonete, papel higiênico, escova, pasta, absorvente, sabão em barra, leite em pó e margarina

Há local para realização de atividades laborativas?

Sim Não Em parte



Poder Judiciário

Conselho Nacional de Justiça

Há prestação de Assistência: Saúde?

Sim Não Em parte

Observação: Os casos mais graves são encaminhados para um hospital público. Há uma enfermaria para pronto atendimento, que funcionam com 01 enfermeira, 04 técnicos de enfermagem, e 01 médico clínico obstetra e psiquiátrica, este prestando atendimento 01 vez na semana. Vê-se que a unidade de saúde é bastante procurada pelas detentas, sendo que no mês de setembro o quadro de atendimentos médicos foi na ordem de 524, nas suas várias especialidades, incluindo o odontológico. Não existem detentas soropositivas que são acompanhadas pelo serviço médico, mas o que chama atenção é o alto número de presas acometidas de Sífilis (32 reeducandas presas)

Há prestação de Assistência: Jurídica?

Sim Não Em parte

Observação: Há uma sala para a OAB, mas não há parlatório. 01 assessor jurídico e um gerente penal prestam auxílio jurídico e a informação repassada é que a Defensoria Pública aparece de forma eventual. Não há sala para a Defensoria Pública dentro da Unidade.

Há prestação de Assistência: Educacional?

Sim Não Em parte

Há prestação de Assistência: Social?

Sim Não Em parte

Há prestação de Assistência: Religiosa?

Sim Não Em parte

Encontradas armas de fogo ou instrumentos capazes de ofender a integridade física?

Sim Não

Espécie/quantidade/período:

Aparelhos de comunicação e/ou acessórios apreendidos

Sim Não

Quantidade/período:

Mortes naturais

Sim Não

Quantidade/período e causa: 2013 - 01

Mortes por homicídio

Sim Não

Quantidade/período:

Mortes por suicídio

Sim Não

Quantidade/período:



Poder Judiciário

Conselho Nacional de Justiça

Situação do Estabelecimento Penal

- Estrutura física -

O estabelecimento penal possui 02 módulos divididos em 10 celas, cada uma, sendo que uma das celas é utilizada como cela especial para abrigar as presas gestantes e também as que estão amamentando. A estrutura do presídio é antiga e está necessitando de reforma. Presos reclamam de choque nas paredes do prédio na época de chuvas, e no prédio é possível perceber bastante umidade e em alguns locais mal cheiro. Há informações de que quando chove parte dos módulos alaga.

- Lotação -

A unidade tem capacidade estimada para 74 presas, mas possui 174 apenadas. Sendo assim, para a LEP, existe uma superlotação acima da capacidade projetada. Na cela 07 do módulo I existem 09 presas, sendo que somente 02 estão condenadas.

Segurança

A segurança não é das melhores dentro do estabelecimento prisional. Existem poucos agentes penitenciários ocupando a unidade.

De qualquer modo, quanto à segurança em geral, não há informações de fuga e/ou rebelião.

Situação dos Presos no Estabelecimento

- Alimentação/ saúde/ Estudo/trabalho/ assistência social e material/ assistência religiosa -

A alimentação das presas é fornecida diariamente 4x ao dia (Café, lanche, Almoço, janta), sendo que alguns reclamam na qualidade da comida. Esta é fornecida pela cozinha do Complexo penitenciário, não estando terceirizada. As únicas refeições que são feitas pela própria unidade são para as gestantes e também para aquelas que necessitam de alimentação balanceada.

A questão do atendimento à saúde já foi relatada no tópico anterior.

Algumas presas dormem no chão devido a superlotação.

Há 52 vagas para estudo. As aulas ocorrem com frequência, inclusive em duas salas, mas percebe-se que a evasão é grande. Em uma das salas só estavam 05 presas estudando.



Poder Judiciário

Conselho Nacional de Justiça

Algumas presas fabricam artesanato, mas o poder executivo não oferece nenhuma estrutura para que os mesmos consigam vender as suas obras de arte.

As presas têm oportunidade de acompanhar cultos religiosos

A grande maioria das presas é provisória (78%) e muitas delas reclamam de demora no julgamento dos seus processos.

Providências para o adequado funcionamento do estabelecimento

Adotadas no âmbito do Mutirão Carcerário

ACERVO FOTOGRÁFICO





Poder Judiciário

Conselho Nacional de Justiça





Poder Judiciário

Conselho Nacional de Justiça





Poder Judiciário

Conselho Nacional de Justiça

FORMULÁRIO DE INSPEÇÃO

Estabelecimento Prisional

Nome: CENTRO JUDICIÁRIO PSIQUIÁTRICO PEDRO MARINHO SURUAGY
Endereço: Rodovia BR 104, Km 14, Tabuleiro dos Marins, Maceió/AL
Fone: (82) 8833-8834
E-mail: gg.cpj@sgap.al.gov.br
Vagas: 139
Lotação atual: 94
Responsável pelo Estabelecimento: Danielah Lopes de Oliveira
Formação Acadêmica do Responsável: Bacharel em Administração

Data da Inspeção

22/11/2013

Participantes da Inspeção

Reno Viana - Juiz Coordenador do Mutirão Carcerário do CNJ
José Braga Neto – Juiz de Direito da 16ª Vara de Execuções Penais de Maceió
Manoel Delfino Júnior – Conselheiro Penitenciário e da Comunidade, a serviço do CNJ
Luís Gustavo Peixoto – Escrivão Judicial a serviço do CNJ
Vera Lúcia Ayres da Costa / Ivan Ramos Santos - Conselheiros da Comunidade

Estabelecimento

Presos Condenados (X) Sim () Não

Quantidade: 7

Observação:

Presos Provisórios (X) Sim () Não

Quantidade: 42

Observação: além dos 42 provisórios, existem mais 3 presos em medida cautelar

Medidas de Segurança (X) Sim () Não

Quantidade: 42

Presos (X) sexo feminino

(X) sexo masculino

Quantidade Masculino: 90

Quantidade Feminino: 4

Presos em tratamento de saúde (X) Sim () Não

Quantidade de presos em tratamento: 94

Quantidade

Vagas para Presos em Medida Disciplinar: 0

Presos em Medida Disciplinar: 0

Vagas para Presos em Celas de Proteção: 0

Presos em Celas de Proteção: 0

Vagas para Presos em Cumprimento de RDD: 0

Presos em Cumprimento de RDD: 0

Vagas para Trabalho: 10

Presos Trabalhando: 6

Vagas para Estudo na Unidade: 20

Presos estudando na unidade: 13



Poder Judiciário

Conselho Nacional de Justiça

Vagas para Presas Gestantes: 0
Presos em razão de prisão civil decretada: 0
Fugas no último ano (novembro de 2012 a novembro 2013): 2 fugas em março do corrente, ambos eram provisórios e forma recapturados
Quantidade de rebeliões: 0

Última inspeção judicial realizada na unidade, segundo livro de inspeções: 03/05/2013

Última inspeção realizada pelo MP na unidade, segundo livro de inspeções: 24/10/2013

Área destinada para visita familiar

Sim Não

Observação: acontece no pátio central e nos quartos dos pacientes

É assegurado o direito de visita

Sim Não

Áreas de banho de sol

Sim Não

Observação:

Biblioteca

Sim Não

Enfermaria

Sim Não

Espaço para prática esportiva

Sim Não

Gabinetes odontológicos

Sim Não

Local apropriado para cultos

Sim Não

Local de visita íntima

Sim Não

É assegurado o direito de visitas íntimas?

Sim Não

Sala de entrevista com advogado

Sim Não



Poder Judiciário

Conselho Nacional de Justiça

Observação:

Estão sendo atendidas as distinções quanto à idade

Sim Não

Estão sendo atendidas as distinções quanto ao sexo

Sim Não PREJUDICADO

O estabelecimento penal possui unidade materno-infantil

Sim Não PREJUDICADO

Quantidade:

Preso provisório fica separado do condenado

Sim Não PREJUDICADO

O preso primário fica separado do reincidente

Sim Não Em parte

Há celas escuras?

Sim Não

Observação:

Há sanções coletivas?

Sim Não Em parte

Há prestação de Assistência Material?

Sim Não Em parte

Observação: Os pacientes recebem um quite higiene quinzenalmente, além de fardamento, sandália, toalha de banho, colchão e lençol de cama.

Há local para realização de atividades laborativas?

Sim Não Em parte

Há prestação de Assistência: Saúde?

Sim Não Em parte

Observação: 3 psiquiatras e um clínico geral

Há prestação de Assistência: Jurídica?

Sim Não Em parte

Observação: A unidade conta com uma advogada contratada pela SGAP.

Há prestação de Assistência: Educacional?

Sim Não Em parte



Poder Judiciário

Conselho Nacional de Justiça

Há prestação de Assistência: Social?

Sim Não Em parte

Há prestação de Assistência: Religiosa?

Sim Não Em parte

Encontradas armas de fogo ou instrumentos capazes de ofender a integridade física?

Sim Não

Espécie/quantidade/período: 2 instrumentos cortantes foram encontrados com os provisórios.

Aparelhos de comunicação e/ou acessórios apreendidos

Sim Não

Quantidade/período: um único celular

Mortes naturais

Sim Não

Quantidade/período e causa: 01 enfarto

Mortes por homicídio

Sim Não

Quantidade/período:

Mortes por suicídio

Sim Não

Quantidade/período:

Situação do Estabelecimento Penal

Estrutura Física – A unidade foi inaugurada em 02/05/1978. É destinada a custódia e tratamento de pacientes psiquiátricos condenados a cumprir medida de segurança. Parte de sua estrutura administrativa foi recentemente restaurada, sendo possível detectar o odor de tinta fresca. Possui dois pátios, um na área administrativa e outro, bem mais amplo, no convívio dos pacientes, com árvores e bastante área para banho de sol. Existem 10 alas, 9 com 14 quartos individuais e 1 com 9 quartos, além de 4 apartamentos. Algumas alas estão restauradas e outras necessitando de reparos urgentes, em virtude de infiltrações e de atender as condições de limpeza e higiene necessárias a uma unidade de saúde. Possui enfermaria, consultórios médico, psiquiátrico e odontológico, sala de aula, espaço para terapia ocupacional, horta, auditório, cozinha, refeitório e lavanderia.

As alas B e C são talhadas para os idosos. A ala A é exclusivamente feminina. Nas alas H e I restam os pacientes provisórios. Nos apartamentos ficam aqueles com patologias especiais. Todos os pacientes ocupam quartos individuais, em condições mínimas de higiene, com banheiro, alguns com aparelhos eletroeletrônicos, como rádio, televisão e ventilador, e outros sem, muito embora seja um ambiente bastante arejado. Passam o dia soltos no pátio,



Poder Judiciário

Conselho Nacional de Justiça

sendo recolhidos à noite, após o jantar, onde são trancados em seus respectivos quartos.

Para o diretor o gerente de disciplina Jonas Rafael Ferro, o grande problema do manicômio é a estrutura física deficiente e o número de aquém do necessário de médicos psiquiatras.

Lotação - A unidade tem capacidade para 139 pacientes, sendo que 14 quartos estão deteriorados e interditados, mas segundo a diretora, com breve perspectiva de restauração. Atualmente, 98 presos estão em tratamento, entre condenados, provisórios, com medida de segurança e medida cautelar.

Segurança - A segurança é precária, muros baixos, tanto que em março deste ano ocorreram duas fugas, empreendidas por presos provisórios, ambos recapturados. A gerência informa que os presos provisórios são os únicos que oferecem perigo e possibilidade de fuga, tanto que as alas H e I, onde estão internados, estão trancadas por determinação da Diretoria das Unidades Penitenciárias. Também com os provisórios ocorreram todas as apreensões de instrumentos corto-contundentes.

Existem poucos agentes penitenciários ocupando a unidade, num total de 10 por dia, em turnos de 24h por 72h. Fica a vista que o uso constante de psicotrópicos delimita o impeto de fuga dos pacientes.

O manicômio não possui sistema de detecção de metais em funcionamento, nem scanner de bagagem.

Situação dos Presos no Estabelecimento

Alimentação - A unidade possui cozinha própria, com estrutura razoável, mas alagada durante a inspeção. Segundo os diretores, o alagamento foi causado pelo rompimento de um cano. Confecciona alimento para o manicômio e para o presídio Santa Luzia. A unidade possui um nutricionista próprio e um amplo refeitório. Para a chefe da cozinha, os alimentos fornecidos pela SGAP são suficientes para preparar uma boa alimentação; sua única reclamação foi a invasão aleatória da cozinha por pacientes.

Assistência à Saúde - O estabelecimento possui enfermaria de estrutura razoável, com alguns leitos para presos debilitados, assistida diariamente por 03 a 04 técnica de enfermagem plantonistas (24h), 01 diaristas e 02 enfermeiras. Conta também com centro médico, centro de psiquiatria e de psicologia. As segundas e quartas-feiras, pela manhã atende o psiquiatra Dr. Ronaldo Sarmento, numa média de 24 atendimentos semanais, ele confecciona os laudos de periculosidade; nos mesmos dias pela tarde atende o clínico geral, Dr. Erivaldo, em média de 15 atendimentos semanais. O psiquiatra Petrucia de Oliveira assiste às terças-feiras, manhã e tarde, com 24 atendimentos em média. De quarta a sexta-feira a assistência psiquiátrica fica por conta do Dr. Fabrício de Aquino, a quem cabe o encargo de confeccionar os laudos de insanidade mental.

O consultório odontológico funciona de segunda a quarta-feira, no primeiro e segundo horário,



Poder Judiciário

Conselho Nacional de Justiça

assistido por 1 dentista e 1 auxiliar. De acordo com a gerente-geral, as patologias mentais diagnosticadas com mais frequência são a esquizofrenia, distúrbios comportamentais como a bipolaridade e problemas decorrentes do uso de alucinógenos. Não há nenhum caso de doenças sexualmente transmissíveis.

A farmácia está visivelmente equipada com muitos remédios. Um farmacêutico dá expediente de segunda à sexta-feira, manhã e tarde. Os remédios mais receitados são os psicotrópicos, paracetamol, os específicos para o diabetes e hipertensão. Para a gerente Danielah Lopes, a distribuição de medicamentos é suficiente e, quando falta, imediatamente requisitam ao psiquiatra a substituição do remédio, para evitar a interrupção do tratamento pela ausência de medicamento. Essa prática foi relevante para o fim dos desagradáveis surtos noturnos. Todavia, quando não é possível a substituição, resta solicitar a medicação as Secretarias de Saúde Estadual e Municipal.

O setor de Psicologia funciona de segunda à sexta-feira, manhã e tarde, assistido por 3 psicólogos que atendem, além dos pacientes desta unidade, aos presos dos demais presídios. Realizam atendimentos individuais e coletivos entre os pacientes, e entre os pacientes e seus familiares, incluindo reuniões quinzenais com as famílias dos pacientes e as assistentes sociais. Aos psicólogos cabem a praxiterapia ou terapia na prática (pintura e colagem).

Assistência Educacional – Na sala de aula, a professora Cícera Santos informou que tem 9 alunos matriculados na alfabetização, mas apenas 3 estavam na sala. Informou que por causa dos distúrbios mentais dos pacientes, não pode forçá-los a permanecer na sala. Para ela, o material escolar fornecido não é adaptado para doentes mentais, mas não falta jogos nem brincadeiras para deixar a aula atraente.

Trabalho – Apenas 6 pacientes trabalham no serviço interno. Os que fazem a capinagem são de outros presídios, já que os pacientes não podem fazer uso de instrumentos cortantes.

Assistência Social e Material – além do quite higiene, os encarcerados recebem 02 pares de fardamento, sandálias, colchão, lençol de cama e toalhas de banho. No manicômio há lavanderia com 3 máquinas novas, inclusive de esterilização. Duas assistentes sociais prestam atendimento de segunda a quinta-feira, aos presos e seus familiares. A sala de praxiterapia está equipada com 10 esteiras ergométricas novas.

Assistência Religiosa – A Igreja Evangélica Assembleia de Deus, Quadrangular e Universal do Reino de Deus prestam assistência religiosa no manicômio, utilizando o anfiteatro para realização dos cultos religiosos.

Assistência Jurídica – A SGAP mantém um advogada contratada, que dá expediente 3 dias na semana.

Providências para o adequado funcionamento do estabelecimento
Adotadas no âmbito do Mutirão Carcerário.



Poder Judiciário

Conselho Nacional de Justiça

ACERVO FOTOGRÁFICO





Poder Judiciário

Conselho Nacional de Justiça





Poder Judiciário

Conselho Nacional de Justiça





Poder Judiciário

Conselho Nacional de Justiça

FORMULÁRIO DE INSPEÇÃO

Estabelecimento Prisional

Nome: NÚCLEO RESSOCIALIZADOR DA CAPITAL
Endereço: Rodovia BR 104, Km 14, Tabuleiro dos Marins, Maceió/AL
Fone: (82) 3315-1751
E-mail: GP.rbpc@sgap.al.gov.br
Vagas: 154
Lotação atual: 98
Responsável pelo Estabelecimento: Georgia Hilário Cavalcante Santos
Formação Acadêmica do Responsável: Bacharel em Direito

Data da Inspeção

21/11/2013

Participantes da Inspeção

Reno Viana - Juiz Coordenador do Mutirão Carcerário do CNJ
Luíz Gustavo Peixoto – Escrivão Judicial a serviço do CNJ
Manoel Delfino Júnior – Conselheiro Penitenciário e da Comunidade
Vera Lúcia Ayres da Costa / Ivan Ramos Santos / Verinaldo Dantas e Moacir - Conselheiros da Comunidade

Estabelecimento

Presos Condenados (X) Sim () Não Quantidade: 98

Observação:

Presos Provisórios () Sim (X) Não Quantidade:

Medidas de Segurança () Sim (X) Não Quantidade:

Presos () sexo feminino (X) sexo masculino
Quantidade Masculino: 98 Quantidade Feminino:

Presos em tratamento de saúde () Sim (X) Não

Quantidade de presos em tratamento:

Quantidade

Vagas para Presos em Medida Disciplinar: 0
Presos em Medida Disciplinar: 0
Vagas para Presos em Celas de Proteção: 0
Presos em Celas de Proteção: 0
Vagas para Presos em Cumprimento de RDD: 0
Presos em Cumprimento de RDD: 0
Vagas para Trabalho: 98
Presos Trabalhando: 98
Vagas para Estudo na Unidade: 150
Presos estudando na unidade: 98



Poder Judiciário

Conselho Nacional de Justiça

Vagas para Presas Gestantes: 0
Presos em razão de prisão civil decretada: 0
Fugas no último ano (novembro de 2012 a novembro 2013): 1 tentativa, da empresa onde trabalhava,mas foi recapturado
Quantidade de rebeliões: 1 motim

Última inspeção judicial realizada na unidade, segundo livro de inspeções: 26/02/2013

Última inspeção realizada pelo MP na unidade, segundo livro de inspeções: 02/04/2013

Área destinada para visita familiar

(X) Sim () Não

É assegurado o direito de visita

(X) Sim () Não

Áreas de banho de sol

(X) Sim () Não

Observação:

Biblioteca

(X) Sim () Não

Enfermaria

(X) Sim () Não

Espaço para prática esportiva

(X) Sim () Não

Gabinetes odontológicos

(X) Sim () Não

Local apropriado para cultos

(X) Sim () Não

Local de visitação íntima

(X) Sim () Não

É assegurado o direito de visitas íntimas?

(X) Sim () Não

Sala de entrevista com advogado

(X) Sim () Não

Observação: Há um parlatório com 3 cabines



Poder Judiciário

Conselho Nacional de Justiça

Estão sendo atendidas as distinções quanto à idade

Sim Não

Estão sendo atendidas as distinções quanto ao sexo

Sim Não PREJUDICADO

O estabelecimento penal possui unidade materno-infantil

Sim Não PREJUDICADO

Quantidade:

Preso provisório fica separado do condenado

Sim Não PREJUDICADO

O preso primário fica separado do reincidente

Sim Não Em parte

Há celas escuras?

Sim Não

Observação: Existem duas, mas foram transformadas em almoxarifado

Há sanções coletivas?

Sim Não Em parte

Há prestação de Assistência Material?

Sim Não Em parte

Observação: Os detentos recebem um quite de higiene contendo escova de dentes, creme dental, papel higiênico sabonete e sabão em barra, além de 2 pares de fardamento, sandália, toalha de banho, colchão e lençol de cama.

Há local para realização de atividades laborativas?

Sim Não Em parte

Há prestação de Assistência: Saúde?

Sim Não Em parte

Observação: precária, posto que o médico está presente apenas uma vez na semana.

Há prestação de Assistência: Jurídica?

Sim Não Em parte

Observação: A unidade conta com uma advogada contratada pela SGAP, muito elogiada pelos reeducandos.

Há prestação de Assistência: Educacional?

Sim Não Em parte



Poder Judiciário

Conselho Nacional de Justiça

Há prestação de Assistência: Social?

Sim Não Em parte

Há prestação de Assistência: Religiosa?

Sim Não Em parte

Encontradas armas de fogo ou instrumentos capazes de ofender a integridade física?

Sim Não

Espécie/quantidade/período:

Aparelhos de comunicação e/ou acessórios apreendidos

Sim Não

Quantidade/período: um único celular

Mortes naturais

Sim Não

Quantidade/período e causa: 01 enfarto

Mortes por homicídio

Sim Não

Quantidade/período:

Mortes por suicídio

Sim Não

Quantidade/período:

Situação do Estabelecimento Penal

O Núcleo Ressocializador é uma experiência inovadora no sistema prisional alagoano. Tem a pretensão de ser centro de referência nacional para o tratamento penal e gestão estatal penitenciária, uma vez que procura desenvolver no ambiente prisional normas de organização socialmente aceitas, buscando a aplicação da Lei da Execução Penal no cumprimento da pena, visando concretizar o objetivo da ressocialização e, a longo prazo, a diminuição da reincidência.

Na explanação da diretoria, o projeto objetiva romper com a tradicional visão custodial na Execução Penal, promovendo a reintegração social dos apenados mediante o trabalho, a capacitação profissional, garantindo uma ampla interação entre o custodiado e o meio social, buscando parcerias entre instituições e a sociedade civil organizada.



Poder Judiciário

Conselho Nacional de Justiça

Para participar do projeto, o reeducando é submetido a uma seleção, regida pela Portaria nº 175/SGAP/2011, que estabelece avaliação multidisciplinar, visando a verificação quando ao atendimento, por parte do reeducando, dos requisitos necessários para integrar o programa. O processo de seleção considera como apto o reeducando que não demonstre participação em organizações criminosas, dado que vulneraria a segurança da Unidade; que tenha disposição e vontade para o exercício de atividades laborais e educacionais (obrigatório); que aceite submeter-se às normas do Projeto, bem como as demais normas legais pertinentes à execução da pena; que demonstre bom comportamento carcerário; dentre outros critérios previstos na Portaria acima referida.

A participação e o comportamento dos reeducandos são cotados num sistema de pontos, positivos e negativos, aferidos diariamente. Somados 03 pontos negativos, o reeducando será submetido a nova reavaliação, cuja consequência varia de uma simples advertência ao desligamento do projeto.

Estrutura Física – O presídio tem a melhor estrutura dentre os demais estabelecimentos penais da capital alagoana. O prédio encontra-se em bom estado de conservação, limpo, sem o odor característico dos presídios, um ambiente salubre. A diretoria afirma que a pintura das paredes, plausivelmente conservada, data ainda da inauguração em agosto de 2011. É dividido em uma área administrativa, área comum e convívio dos reeducandos. O pátio interno é amplo, integrado ao refeitório, que serve de brinquedoteca e espaço para cultos. A área de convívio é formada por 02 módulos, com alojamentos que comportam de 02 a 03 apenados. São os mais organizados e limpos do sistema.

A cozinha abastece, tanto a unidade como o Presídio de Segurança Máxima e a Penitenciária Masculina Baldomero Cavalcanti, em média 1.800 refeições diárias. Não foi detectada a presença de presos trabalhando na cozinha.

O Senai tem um centro de formação profissional instalado no núcleo, oferecendo diversos cursos de capacitação profissional. Há também uma padaria acoplada a estrutura da unidade.

A visita íntima é assegurada em alojamento próprio.



Poder Judiciário

Conselho Nacional de Justiça

Lotação - A unidade tem capacidade estimada para 150 presos, mas custodia apenas 98. Segundo a gerente-geral Georgia Hilário, uma nova avaliação está em curso, na qual 38 voluntários se inscreveram, sendo considerados 20 aptos e 18 inaptos.

A grande maioria passa o dia trabalhando, e, quando retornam, não ficam encarcerados nos alojamentos.

Segurança – O presídio aparenta ser seguro. Não há nenhum registro de fuga rebelião ou qualquer motim. Da mesma forma, não existe menção de apreensão de armas ou drogas, o que levaria ao desligamento do projeto.

Neste pouco mais de dois anos de funcionamento, foram abertos 10 processos administrativos e apuradas apenas 03 faltas graves.

Situação dos Presos no Estabelecimento

Alimentação - Alguns presos reclamaram da qualidade da alimentação, inclusive, propuseram que eles próprios confeccionassem as refeições. Segundo a nutricionista Lays Melo, a alimentação é baseada na quantidade de calorias que um adulto precisa diariamente, aliada a quantidade de carboidratos, lipídios e demais nutrientes. Uma das provas do avanço na direção contrária ao autoritarismo é que, nesta unidade, os reeducandos comem com garfos e facas de metal.

Assistência à Saúde - O estabelecimento possui enfermaria de estrutura razoável, com 02 leitos para presos debilitados, assistida diariamente por 01 técnica de enfermagem plantonista (24h), 01 diarista e 01 enfermeira. Conta com consultório médico e odontológico, aparentemente bem equipado para fornecer os atendimentos básicos. O clínico geral e o médico ortopedista consultam 01 vez na semana e o dentista 02 vezes, às segundas e terças-feiras. As patologias mais frequentes são as de doenças relacionadas ao trabalho e as sexualmente transmissíveis. Semanalmente, são entregues 05 preservativos por reeducandos.

Mensalmente são realizadas palestras para instrução quanto a correta higiene pessoal, prevenção de doenças sexualmente transmissíveis, hipertensão e diabetes. Na farmácia, foram encontrados poucos medicamentos. Nesta unidade são receitados com maior frequência anti-inflamatórios e psicotrópicos. Na falta do medicamentos, é facultada a família do preso fornecer. Se a família não dispor, é feita uma requisição ao Diretor de Saúde do sistema. Os presos reclamaram da pequena oferta de remédios, denunciaram que até o simplório diclofenaco precisa ser fornecido pelas famílias.



Poder Judiciário

Conselho Nacional de Justiça

De segunda a sexta-feira está disponível aos detentos assistência psicológica. Se houver a necessidade de atendimento psiquiátrico, o paciente é encaminhado ao Centro Psiquiátrico Judiciário.

Assistência Educacional – A presença do reeducando na sala de aula é obrigatória. A biblioteca possui, em média 1.800 exemplares, onde os reeducandos podem alocar os livros por 15 dias. No desporto, são incentivadas as práticas de futebol, voleibol, tênis de mesa e xadrez, com campeonatos de futebol e voleibol.

Trabalho – Todos os reeducandos trabalham, tanto no serviço interno como nas 06 empresas instaladas dentro do complexo prisional, quais sejam Alagoas Pré-Moldados, Solidez Pré-Moldados, RCX5, Bonsono, Oxente Fardamentos e uma fábrica de vidros.

Assistência Social e Material – além do quite higiene, os encarcerados recebem 02 pares de fardamento, sandálias e lençóis de cama. Duas assistentes sociais assistem o estabelecimento, uma integra a equipe de seleção e a outra faz atendimento aos reeducandos e seus familiares. Geralmente, são realizadas palestras com os apenados e seus familiares. Nessas palestras, há um trabalho direcionado ao fortalecimento dos vínculos com os familiares.

O programa Balcão Cidadão agiliza a retirada de documentos, em parceria com cartórios e demais entidades públicas como a Receita Federal, a Caixa Econômica Federal, etc. Em Alagoas é alto o índice de pessoas presas não possuidoras de seus devidos documentos.

Assistência Religiosa – As Igrejas Evangélicas Assembleia de Deus, Universal do Reino de Deus, além da Pastoral Carcerária prestam assistência religiosa no presídio. A Assembleia de Deus montou com espaço para cultos na área do refeitório.

Assistência Jurídica – A OAB/AL, mobiliou uma sala para entrevista com advogados, que também pode acontecer no parlatório. A SGAP mantém um advogado contratado. Segundo a direção do presídio, raramente ocorre a visita da Defensoria Pública.

Duas são as reclamações mais constantes entre os presos: a primeira quanto a remição da pena, posto que todos trabalham e estudam, e a segunda quanto a realização de exame criminológico, em virtude da escassez de profissionais que os confeccionam. O Mutirão Carcerário promovido pelo CNJ, promoveu as remições dos reeducandos do Núcleo Ressocializador, como o de Rivaldo Paulo dos Santos, PEP nº 0500012-83.2011, teve remidos 378 dias, por ter trabalhado 802 dias e estudado 650 horas, adiantando sua progressão para o regime semiaberto para 16/03/2014. O Mutirão também viabilizou a finalização de alguns exames criminológicos, como o de José Rita dos Santos, PEP nº 0500006-21.2011, com direito a progressão de regime desde 11/05/2013, teve remidos 201 dias da sua pena, e com a juntada do exame criminológico favorável, foi-lhe concedida a progressão do regime fechado para o semiaberto.

Providências para o adequado funcionamento do estabelecimento

Adotadas no âmbito do Mutirão carcerário



Poder Judiciário

Conselho Nacional de Justiça

ACERVO FOTOGRÁFICO





Poder Judiciário

Conselho Nacional de Justiça





Poder Judiciário

Conselho Nacional de Justiça

FORMULÁRIO DE INSPEÇÃO

Estabelecimento Prisional

Nome: PRESÍDIO DO AGRESTE
Endereço: AL 220, KM 25, Girau do Ponciano
Fone: 082 30299220
E-mail: gp.pcds@sgap.al.gov.br
Vagas: 789
Lotação atual: 351
Responsável pelo Estabelecimento: Glailson Vicente dos Santos
Formação Acadêmica do Responsável: Contador e Tecnólogo em logística

Data da Inspeção

04/12/2013

Participantes da Inspeção

Reno Viana - Juiz Coordenador do Mutirão Carcerário do CNJ
Douglas de Melo Martins - Juiz Coordenador do DMF/CNJ
Marina Gurgel - Juíza Auxiliar da Presidência do CNJ
Miguel Antonio Figueiredo Moyses - Servidor destacado pelo CNJ

Estabelecimento

Presos Condenados	Sim Não	Quantidade:
Observação:		
Presos Provisórios	Sim Não	Quantidade:
Medidas de Segurança	() Sim () Não	Quantidade: 0
Presos	sexo feminino Quantidade Masculino: 351	sexo masculino Quantidade Feminino:
Presos em tratamento de saúde	Sim Não	
Quantidade de presos em tratamento:		

Quantidade

Vagas para Presos em Medida Disciplinar: 16
Presos em Medida Disciplinar: 14
Vagas para Presos em Celas de Proteção: 0
Presos em Celas de Proteção: 0
Vagas para Presos em Cumprimento de RDD: 0
Presos em Cumprimento de RDD: 0
Vagas para Trabalho:
Presos Trabalhando:
Vagas para Estudo na Unidade: 120



Poder Judiciário

Conselho Nacional de Justiça

Presos estudando na unidade:
Vagas para Presas Gestantes: -
Presos em razão de prisão civil decretada: 0
Fugas no último ano (maio de 2009 a maio 2010): 0
Quantidade de rebeliões:

Última inspeção judicial realizada na unidade, segundo livro de inspeções: não existe livro de inspeções

Última inspeção realizada pelo MP na unidade, segundo livro de inspeções: não existe livro de inspeções

Área destinada para visita familiar

Sim Não

É assegurado o direito de visita

Sim Não

Áreas de banho de sol

Sim Não

Observação:

Biblioteca

Sim Não

Enfermaria

Sim Não

Espaço para prática esportiva

Sim Não

Gabinetes odontológicos

Sim Não

Local apropriado para cultos

Sim Não

Local de visitação íntima

Sim Não

É assegurado o direito de visitas íntimas?



Poder Judiciário

Conselho Nacional de Justiça

Sim Não

Sala de entrevista com advogado

Sim Não

Observação:

Estão sendo atendidas as distinções quanto à idade

Sim Não

Estão sendo atendidas as distinções quanto ao sexo

Sim Não

O estabelecimento penal possui unidade materno-infantil

Sim Não Prejudicado

Quantidade:

Preso provisório fica separado do condenado

Sim Não Prejudicado.

O preso primário fica separado do reincidente

Sim Não Em parte

Há celas escuras?

Sim Não

Observação:

Há sanções coletivas?

Sim Não Em parte

Há prestação de Assistência Material?

Sim Não Em parte

Observação:

Há local para realização de atividades laborativas?

Sim Não Em parte

Há prestação de Assistência: Saúde?

Sim Não Em parte

Observação:



Poder Judiciário

Conselho Nacional de Justiça

Há prestação de Assistência: Jurídica?

Sim Não Em parte

Observação:

Há prestação de Assistência: Educacional?

Sim Não Em parte

Há prestação de Assistência: Social?

Sim Não Em parte

Há prestação de Assistência: Religiosa?

Sim Não Em parte

Encontradas armas de fogo ou instrumentos capazes de ofender a integridade física?

Sim Não

Espécie/quantidade/período:

Aparelhos de comunicação e/ou acessórios apreendidos

Sim Não

Quantidade/período:

Mortes naturais

Sim Não

Quantidade/período e causa:

Mortes por homicídio

Sim Não

Quantidade/período:

Mortes por suicídio

Sim Não

Quantidade/período:

Situação do Estabelecimento Penal

- Estrutura física e lotação nas celas -

O estabelecimento penal é novo e destinado para presos do regime fechado.

Como a gestão é compartilhada entre o setor público e o setor privado, há 04 Agentes públicos remunerados pelo Estado (Gerentes Geral, Administrativo, Segurança e Serviços Penais) com o objetivo de fiscalizar a Gestão privada. Todavia, no momento, eles informaram



Poder Judiciário

Conselho Nacional de Justiça

não existir qualquer controle das intercorrências apontadas e apontaram que essa omissão relaciona-se à adaptação de suas atividades, pois o início do funcionamento da unidade é recente (aproximadamente 15 dias), e que vão se organizar para que seja possível fazer todo esse controle.

Situação dos Presos no Estabelecimento

- Os presos reclamam de calor nas celas e falta de água que é constante. Além do mais reclamam da quantidade da comida que é servida. Os presos bebem água da torneira. A nutricionista informa que a quantidade é adequada à boa alimentação dos presos e que as refeições são diárias e servidas 03 vezes ao dia, e o cardápio é feito no próprio local. Os presos alegam ainda terem passado mais de 05 dias sem trocar de roupas, devido o estabelecimento não oferecer vestimenta, e ainda, informam não estarem recebendo os materiais de higiene pessoal na quantidade ideal para as suas necessidades.

Presos reclamam de problemas de saúde, dentre elas dor de dente, a exemplo do preso Haroldo Marinho Lima, o qual informa, ainda, e falta de atendimento médico. Já o apenado Adriano Domingos de Oliveira informou ser epilético e não estar recebendo o medicamento no horário correto.

Há setor médico, onde a Direção alega existir 01 médico Clínico Geral, com atendimento diário; 02 enfermeiros e 06 técnicos de enfermagem. Todavia, no ato da inspeção, às 18:30h aproximadamente, só havia 01 técnico de enfermagem de plantão e o mesmo informou que não há médicos nas escalas de plantão da unidade.

Os presos também alegaram estar sofrendo maus tratos.

OBS: A Direção não dispunha, no momento, da quantidade de presos provisórios e definitivos existentes na unidade, porém se comprometeu a fornecê-los via e-mail. Todavia, até o presente momento não forneceu a referida informação.

Providências para o adequado funcionamento do estabelecimento

Adotadas no âmbito do Mutirão Carcerário.



Poder Judiciário

Conselho Nacional de Justiça

ACERVO FOTOGRÁFICO





Poder Judiciário

Conselho Nacional de Justiça





Poder Judiciário

Conselho Nacional de Justiça





Poder Judiciário

Conselho Nacional de Justiça

FORMULÁRIO DE INSPEÇÃO

Estabelecimento Prisional

Nome: UNIDADE DE INTERNAÇÃO PROVISÓRIA MASCULINA – UIPM
Endereço: Avenida Durval de Góes Monteiro, s/n, Tabuleiro dos Martins, Maceió/AL
Fone: (82) 8833-9420
E-mail: -
Vagas: 29
Lotação atual: 55
Responsável pelo Estabelecimento: Ênio Oliveira
Formação Acadêmica do Responsável: Ensino Médio

Data da Inspeção

26/11/2013

Participantes da Inspeção

Reno Viana - Juiz Coordenador do Mutirão Carcerário do CNJ
Glauber Luís de Almeida Melo – Superintendente de Medidas Socioeducativas
Manoel Delfino Júnior – Conselheiro Penitenciário e da Comunidade
Luís Gustavo Peixoto – Escrivão Judicial a serviço do CNJ
Ivan Ramos Santos – Conselheiro da Comunidade
Vera Lúcia Ayres – Conselheira da Comunidade

Estabelecimento

Presos Condenados () Sim (X) Não

Quantidade:

Observação:

Educandos Provisórios (X) Sim () Não

Quantidade: 50

Medidas Socioeducativas (X) Sim () Não

Quantidade: 5

Educandos () sexo feminino

(X) sexo masculino

Quantidade Masculino: 55

Quantidade Feminino:

Presos em tratamento de saúde (X) Sim () Não

Quantidade de presos em tratamento: 1 com tuberculose

Quantidade

Vagas para Educandos em Medida Disciplinar: 0

Educandos em Medida Disciplinar: 0

Vagas para Educandos em Alojamentos de Proteção: 0

Educandos em Alojamentos de Proteção: 0

Vagas para Presos em Cumprimento de RDD: 0

Presos em Cumprimento de RDD: 0

Vagas para Trabalho: 0

Presos Trabalhando: 0

Vagas para Estudo na Unidade: 18



Poder Judiciário

Conselho Nacional de Justiça

Educandos estudando na unidade: 18
Vagas para Presas Gestantes: 0
Presos em razão de prisão civil decretada: 0
Fugas no último ano (novembro de 2012 a novembro 2013): 2 fugas com 01 recaptura
Quantidade de rebeliões: 1

Última inspeção judicial realizada na unidade, segundo livro de inspeções: Na unidade não há livro de registro de inspeção, mas o superintendente afirmou que regularmente recebe a visita do Juiz de Direito da Infância e Juventude da capital.

Última inspeção realizada pelo MP na unidade, segundo livro de inspeções: Na unidade não há livro de registro de inspeção, mas o superintendente afirmou que regularmente recebe a visita do Promotor de Justiça da Vara da Infância e Juventude da capital.

Área destinada para visita familiar

Sim Não

É assegurado o direito de visita

Sim Não

Áreas de banho de sol

Sim Não

Observação:

Biblioteca

Sim Não

Enfermaria

Sim Não

Espaço para prática esportiva

Sim Não

Gabinetes odontológicos

Sim Não

Local apropriado para cultos

Sim Não

Observação: adaptado na sala de aula

Local de visitação íntima

Sim Não

É assegurado o direito de visitas íntimas?



Poder Judiciário

Conselho Nacional de Justiça

Sim Não

Observação: Para aqueles que têm filhos ou vínculo comprovado

Sala de entrevista com advogado

Sim Não

Observação:

Estão sendo atendidas as distinções quanto à idade

Sim Não

Estão sendo atendidas as distinções quanto ao sexo

Sim Não PREJUDICADO

O estabelecimento penal possui unidade materno-infantil

Sim Não PREJUDICADO

Quantidade:

Preso provisório fica separado do condenado

Sim Não PREJUDICADO

O preso primário fica separado do reincidente

Sim Não Em parte

Há celas escuras?

Sim Não

Observação:

Há sanções coletivas?

Sim Não Em parte

Há prestação de Assistência Material?

Sim Não Em parte

Observação: Quides de higiene são distribuídos quinzenalmente, além de lençol de cama.

Há local para realização de atividades laborativas?

Sim Não Em parte

Há prestação de Assistência: Saúde?

Sim Não Em parte

Observação: Existe um posto de saúde que atende todas as unidades do sistema.

Há prestação de Assistência: Jurídica?

Sim Não Em parte

Observação: 01 advogado contratado pela superintendência apenas para acompanhar o processo.



Poder Judiciário

Conselho Nacional de Justiça

Há prestação de Assistência: Educacional?

Sim Não Em parte

Há prestação de Assistência: Social?

Sim Não Em parte

Há prestação de Assistência: Religiosa?

Sim Não Em parte

Encontradas armas de fogo ou instrumentos capazes de ofender a integridade física?

Sim Não

Espécie/quantidade/período: semanalmente são encontrados espetos artesanais.

Aparelhos de comunicação e/ou acessórios apreendidos

Sim Não

Quantidade/período: 01 ou 02 mensalmente

Mortes naturais

Sim Não

Quantidade/período e causa:

Mortes por homicídio

Sim Não

Quantidade/período:

Mortes por suicídio

Sim Não

Quantidade/período:

Situação do Estabelecimento Socioeducativo

A UIPM é destinada a receber menores do sexo masculino, de 12 a 21 anos incompletos, enviados ao sistema com determinação de internação provisória. Cada alojamento abriga de 04 a 06 educandos. Consiste num prédio de apenas um piso e dois corredores, completamente fechado, sem ventilação, quente, de mal odor e apertado. Uma sala maior é utilizada para as atividades da unidade. É um ambiente insalubre.

Situação dos Educandos no Estabelecimento

No momento da inspeção, estava sendo ministrada por profissionais contratados pela superintendência, aula de religião. Os menores não têm acesso a banho de sol. Dentre eles, havia 05 com medida socioeducativa decretada, aguardando disponibilização de vagas nas demais unidades para serem transferidos.



Poder Judiciário

Conselho Nacional de Justiça

Os educandos recebem 05 refeições diárias, fornecidas por uma empresa terceirizada, mas a preparação, temporariamente, acontece na unidade.



Poder Judiciário

Conselho Nacional de Justiça

FORMULÁRIO DE INSPEÇÃO

Estabelecimento Prisional

Nome: UNIDADE DE INTERNAÇÃO MASCULINA – UIM
Endereço: Rua 15 de dezembro, s/n, Tabuleiro dos Martins, Maceió/AL
Fone: (82) 8833-3886
E-mail: -
Vagas: 40
Lotação atual: 40
Responsável pelo Estabelecimento: Mizael Mendes Nicácio
Formação Acadêmica do Responsável: Bacharel em Comunicação Social

Data da Inspeção

26/11/2013

Participantes da Inspeção

Reno Viana - Juiz Coordenador do Mutirão Carcerário do CNJ
Glauber Luís de Almeida Melo – Superintendente de Medidas Socioeducativas
Manoel Delfino Júnior – Conselheiro Penitenciário e da Comunidade
Luís Gustavo Peixoto – Escrivão Judicial a serviço do CNJ
Ivan Ramos Santos – Conselheiro da Comunidade
Vera Lúcia Ayres – Conselheira da Comunidade

Estabelecimento

Presos Condenados () Sim (X) Não

Quantidade:

Observação:

Presos Provisórios () Sim (X) Não

Quantidade: 10

Medidas Socioeducativas (X) Sim () Não

Quantidade: 40

Presos () sexo feminino

(X) sexo masculino

Quantidade Masculino: 40

Quantidade Feminino:

Presos em tratamento de saúde () Sim (X) Não

Quantidade de presos em tratamento:

Quantidade

Vagas para Educandos em Medida Disciplinar: 3

Educandos em Medida Disciplinar: 2

Vagas para Presos em Celas de Proteção: 0

Presos em Celas de Proteção: 0

Vagas para Presos em Cumprimento de RDD: 0

Presos em Cumprimento de RDD: 0

Vagas para Trabalho: 0

Presos Trabalhando: 0

Vagas para Estudo na Unidade: 40



Poder Judiciário

Conselho Nacional de Justiça

Presos estudando na unidade: 40
Vagas para Presas Gestantes: 0
Presos em razão de prisão civil decretada: 0
Fugas no último ano (novembro de 2012 a novembro 2013): 10 fugas, 04 foram recapturados
Quantidade de rebeliões: houve 02 semanas com rebeliões diárias, a pior delas durou 03 dias.

Última inspeção judicial realizada na unidade, segundo livro de inspeções: Na unidade não há livro de registro de inspeção, mas o superintendente afirmou que regularmente recebe a visita do Juiz de Direito da Infância e Juventude da capital.

Última inspeção realizada pelo MP na unidade, segundo livro de inspeções: Na unidade não há livro de registro de inspeção, mas o superintendente afirmou que regularmente recebe a visita do Promotor de Justiça da Vara da Infância e Juventude da capital.

Área destinada para visita familiar

Sim Não

É assegurado o direito de visita

Sim Não

Áreas de banho de sol

Sim Não

Observação:

Biblioteca

Sim Não

Enfermaria

Sim Não

Espaço para prática esportiva

Sim Não

Gabinetes odontológicos

Sim Não

Local apropriado para cultos

Sim Não

Observação: adaptado nos refeitórios.

Local de visitação íntima

Sim Não

Observação: acontecem nos alojamentos



Poder Judiciário

Conselho Nacional de Justiça

É assegurado o direito de visitas íntimas?

Sim Não

Observação: Para aqueles que têm filhos ou vínculo comprovado

Sala de entrevista com advogado

Sim Não

Observação: na mesma sala onde ocorrem o atendimento dos psicólogos e assistentes sociais.

Estão sendo atendidas as distinções quanto à idade

Sim Não

Estão sendo atendidas as distinções quanto ao sexo

Sim Não PREJUDICADO

O estabelecimento penal possui unidade materno-infantil

Sim Não PREJUDICADO

Quantidade:

Preso provisório fica separado do condenado

Sim Não PREJUDICADO

O preso primário fica separado do reincidente

Sim Não Em parte

Há celas escuras?

Sim Não

Observação:

Há sanções coletivas?

Sim Não Em parte

Há prestação de Assistência Material?

Sim Não Em parte

Observação: Quitas de higiene são distribuídas quinzenalmente, além de lençol de cama.

Há local para realização de atividades laborativas?

Sim Não Em parte

Há prestação de Assistência: Saúde?

Sim Não Em parte

Observação: Existe um posto de saúde que atende todas as unidades do sistema.

Há prestação de Assistência: Jurídica?

Sim Não Em parte

Observação: 01 advogado contratado pela superintendência apenas para acompanhar o processo.



Poder Judiciário

Conselho Nacional de Justiça

Há prestação de Assistência: Educacional?

Sim Não Em parte

Há prestação de Assistência: Social?

Sim Não Em parte

Há prestação de Assistência: Religiosa?

Sim Não Em parte

Encontradas armas de fogo ou instrumentos capazes de ofender a integridade física?

Sim Não

Espécie/quantidade/período: semanalmente são encontrados espetos artesanais.

Aparelhos de comunicação e/ou acessórios apreendidos

Sim Não

Quantidade/período: 01 ou 02 mensalmente

Mortes naturais

Sim Não

Quantidade/período e causa:

Mortes por homicídio

Sim Não

Quantidade/período: 1

Mortes por suicídio

Sim Não

Quantidade/período:

Situação do Estabelecimento Penal

As 07 unidades de internação de menores, que objetivam acolher e ressocializar adolescentes em conflito com a lei para o cumprimento de medida socioeducativa de privação de liberdade, compõem o Núcleo Estadual de Atendimento Socioeducativo – NEAS, administrado pela Superintendência de Proteção e Garantias na Medida Socioeducativas. Integrou a Secretaria Estadual da Paz - SEPAZ de 2011 até meados de corrente ano, quando passou a perfazer o quadro da Secretaria Estadual de Defesa Social – SEDS.

A UIM recebe adolescentes de 14 a 18 anos, ou de maior compressão física. Possui 11 alojamentos. Há dois meses, durante duas semanas, ocorreram rebeliões diárias, que chamaram a atenção da imprensa e impulsionaram as mudanças ocorridas na administração. Durante tais rebeliões, o refeitório e algumas áreas comuns foram totalmente queimadas.

Situação dos Educandos no Estabelecimento



Poder Judiciário

Conselho Nacional de Justiça

Segundo os educandos, os motivos das rebeliões foram: revista desrespeitosa nas visitas, falta de atividades ocupacionais, qualidade da alimentação, espancamento e tratamento humilhante por conta dos monitores. Denunciaram que os líderes da rebelião ficaram presos mais de 01 mês numa cela de medida disciplinar, que chamam de “quarto-forte”. Mas segundo o superintendente Glauber Luís de Almeida Melo, foi necessária a permanência dos líderes por 17 dias apenas, e, a contratação de novos monitores passou a exigir idade mínima de 21 anos, ensino médio completo e curso de segurança. Hoje, 15 monitores fazem a segurança e o acompanhamento no estabelecimento.

Como resultado da rebelião, os educandos afirmaram que a comida melhorou, porém, como forma de castigo, estão sem escola, alguns monitores soltam tiros à noite como forma de intimidação, e a humilhação e espancamento ainda persistem com dois monitores, que apontaram como sendo o Aldir e o Diogo, este último estaria dando tapas da cara dos educandos. Reclamaram também dos entupimentos constantes nos esgotos e de só haver banho de sol dois dias na semana. O superintendente justificou, porém, que há grupos rivais, e por conta disso, o banho de sol precisa ser revezado entre eles para evitar brigas e retaliações. De acordo com Glauber, sempre que há rebeliões, um grupo de educandos tentam assassinar os educandos do alojamento 9, por isso “é preciso realizar um trabalho sério de separação de lideranças”.

Visitado o alojamento de medida disciplinar, o quarto-forte, foram encontrados os educandos Aderaldo José dos Santos Júnior e Luiz Rafael Ferreira Jerônimo, introduzidos naquele mesmo dia. Para o superintendente “esses dois adolescentes são os mais problemáticos de todo o sistema”, e garantiu que não passariam mais que o tempo permitido, ou seja, 30 dias.

Os educandos recebem 05 refeições diárias, fornecidas por uma empresa terceirizada, mas a preparação, temporariamente, acontece na unidade.



Poder Judiciário

Conselho Nacional de Justiça

FORMULÁRIO DE INSPEÇÃO

Estabelecimento Prisional

Nome: UNIDADE DE INTERNAÇÃO MASCULINA – ANEXO I - UIME
Endereço: Rua 15 de dezembro, s/n, Tabuleiro do Martins, Maceió/AL
Fone: (82) 8882-2673
E-mail: -
Vagas: 18
Lotação atual: 18
Responsável pelo Estabelecimento: Audir Lúcio Aures Acioli
Formação Acadêmica do Responsável: Técnico em Tecnologia do Trabalho

Data da Inspeção

26/11/2013

Participantes da Inspeção

Reno Viana - Juiz Coordenador do Mutirão Carcerário do CNJ
Glauber Luís de Almeida Melo – Superintendente de Medidas Socioeducativas
Manoel Delfino Júnior – Conselheiro Penitenciário e da Comunidade
Luís Gustavo Peixoto – Escrivão Judicial a serviço do CNJ
Ivan Ramos Santos – Conselheiro da Comunidade
Vera Lúcia Ayres – Conselheira da Comunidade

Estabelecimento

Presos Condenados () Sim (X) Não

Quantidade:

Observação:

Presos Provisórios () Sim (X) Não

Quantidade:

Medidas Socioeducativas (X) Sim () Não

Quantidade: 18

Presos () sexo feminino

(X) sexo masculino

Quantidade Masculino: 22

Quantidade Feminino:

Presos em tratamento de saúde () Sim (X) Não

Quantidade de presos em tratamento:

Quantidade

Vagas para Presos em Medida Disciplinar: 0

Presos em Medida Disciplinar:

Vagas para Presos em Celas de Proteção: 0

Presos em Celas de Proteção: 0

Vagas para Presos em Cumprimento de RDD: 0

Presos em Cumprimento de RDD: 0

Vagas para Trabalho: 0

Presos Trabalhando: 0

Vagas para Estudo na Unidade: 18



Poder Judiciário

Conselho Nacional de Justiça

Presos estudando na unidade: 18
Vagas para Presas Gestantes: 0
Presos em razão de prisão civil decretada: 0
Fugas no último ano (novembro de 2012 a novembro 2013): 2 fugas com 01 recaptura
Quantidade de rebeliões: 0

Última inspeção judicial realizada na unidade, segundo livro de inspeções: Na unidade não há livro de registro de inspeção, mas o superintendente afirmou que regularmente recebe a visita do Juiz de Direito da Infância e Juventude da capital.

Última inspeção realizada pelo MP na unidade, segundo livro de inspeções: Na unidade não há livro de registro de inspeção, mas o superintendente afirmou que regularmente recebe a visita do Promotor de Justiça da Vara da Infância e Juventude da capital.

Área destinada para visita familiar

Sim Não

É assegurado o direito de visita

Sim Não

Áreas de banho de sol

Sim Não

Observação:

Biblioteca

Sim Não

Enfermaria

Sim Não

Espaço para prática esportiva

Sim Não

Gabinetes odontológicos

Sim Não

Local apropriado para cultos

Sim Não

Observação: adaptado nos refeitórios.

Local de visitação íntima

Sim Não

É assegurado o direito de visitas íntimas?



Poder Judiciário

Conselho Nacional de Justiça

Sim Não

Observação: Para aqueles que têm filhos ou vínculo comprovado

Sala de entrevista com advogado

Sim Não

Observação:

Estão sendo atendidas as distinções quanto à idade

Sim Não

Estão sendo atendidas as distinções quanto ao sexo

Sim Não PREJUDICADO

O estabelecimento penal possui unidade materno-infantil

Sim Não PREJUDICADO

Quantidade:

Preso provisório fica separado do condenado

Sim Não PREJUDICADO

O preso primário fica separado do reincidente

Sim Não Em parte

Há celas escuras?

Sim Não

Observação:

Há sanções coletivas?

Sim Não Em parte

Há prestação de Assistência Material?

Sim Não Em parte

Observação: Quites de higiene são distribuídos quinzenalmente, além de lençol de cama.

Há local para realização de atividades laborativas?

Sim Não Em parte

Há prestação de Assistência: Saúde?

Sim Não Em parte

Observação: Existe um posto de saúde que atende todas as unidades do sistema.

Há prestação de Assistência: Jurídica?

Sim Não Em parte

Observação: 01 advogado contratado pela superintendência apenas para acompanhar o processo.



Poder Judiciário

Conselho Nacional de Justiça

Há prestação de Assistência: Educacional?

Sim Não Em parte

Há prestação de Assistência: Social?

Sim Não Em parte

Há prestação de Assistência: Religiosa?

Sim Não Em parte

Encontradas armas de fogo ou instrumentos capazes de ofender a integridade física?

Sim Não

Espécie/quantidade/período: semanalmente são encontrados espetos artesanais.

Aparelhos de comunicação e/ou acessórios apreendidos

Sim Não

Quantidade/período: 01 ou 02 mensalmente

Mortes naturais

Sim Não

Quantidade/período e causa:

Mortes por homicídio

Sim Não

Quantidade/período:

Mortes por suicídio

Sim Não

Quantidade/período:

Situação do Estabelecimento Socioeducativo

A UIME recebe menores de 13 a 14 anos, ou de menor compressão física. Seus alojamentos são separados e distribuídos pela extensão do pátio e necessitam de mais cuidado no que diz respeito a higiene. Cada alojamento abriga de 4 a 5 educandos. O pátio é limpo e bem cuidado.

Existe um alojamento afastado dos demais, que no momento, está abrigando 16 jovens retornados de residências terapêuticas sem adaptação necessária para recebê-los, localizadas no interior do Estado, aguardando a disposição de vagas nas demais unidades. Estes protestaram incisivamente contra a falta de banheiro no alojamento e a ausência de banho de sol. No entanto, replicou o superintendente que isso não passa de uma situação aleatória e provisória.

Situação dos Educandos no Estabelecimento



Poder Judiciário

Conselho Nacional de Justiça

Os educandos recebem 05 refeições diárias, fornecidas por uma empresa terceirizada, mas a preparação, temporariamente, acontece na unidade. A queixa pela qualidade e a pequena quantidade das refeições encabeça a lista de reclamações dos educandos, seguido da cobrança por atividades de lazer, mais tempo de banho de sol (têm meia hora por dia), e de maus tratos pelo monitor Diogo, da escolta. Explicou o superintendente que são só problemas de convivência entre eles, que restringe o tempo que passam nas áreas abertas e, conseqüentemente, as atividades e o banho de sol.

No posto de saúde, que atende a todo o sistema funciona diariamente, existe também um consultório odontológico.



Poder Judiciário

Conselho Nacional de Justiça

FORMULÁRIO DE INSPEÇÃO

Estabelecimento Prisional

Nome: UNIDADE DE INTERNAÇÃO DE JOVENS ADULTOS – UIJA
Endereço: Avenida Durval de Góes Monteiro, s/n, Tabuleiro do Martins, Maceió/AL
Fone: (82) 8833-8525
E-mail: -
Vagas: 40
Lotação atual: 53
Responsável pelo Estabelecimento: Helber José Mendonça Medeiros
Formação Acadêmica do Responsável: Licenciado em Letras

Data da Inspeção

26/11/2013

Participantes da Inspeção

Reno Viana - Juiz Coordenador do Mutirão Carcerário do CNJ
Glauber Luís de Almeida Melo – Superintendente de Medidas Socioeducativas
Manoel Delfino Júnior – Conselheiro Penitenciário e da Comunidade
Luís Gustavo Peixoto – Escrivão Judicial a serviço do CNJ
Ivan Ramos Santos – Conselheiro da Comunidade
Vera Lúcia Ayres – Conselheira da Comunidade

Estabelecimento

Presos Condenados () Sim (X) Não

Quantidade:

Observação:

Educandos Provisórios () Sim (X) Não

Quantidade:

Medidas Socioeducativas (X) Sim () Não

Quantidade: 53

Educandos () sexo feminino

(X) sexo masculino

Quantidade Masculino: 53

Quantidade Feminino:

Presos em tratamento de saúde () Sim (X) Não

Quantidade de presos em tratamento:

Quantidade

Vagas para Educandos em Medida Disciplinar: 0

Educandos em Medida Disciplinar: 0

Vagas para Educandos em Alojamentos de Proteção: 5

Educandos em Alojamentos de Proteção: 13

Vagas para Presos em Cumprimento de RDD: 0

Presos em Cumprimento de RDD: 0

Vagas para Trabalho: 0

Presos Trabalhando: 0



Poder Judiciário

Conselho Nacional de Justiça

Vagas para Estudo na Unidade: 40
Educandos estudando na unidade: 53
Vagas para Presas Gestantes: 0
Presos em razão de prisão civil decretada: 0
Fugas no último ano (novembro de 2012 a novembro 2013): 0
Quantidade de rebeliões: 0

Última inspeção judicial realizada na unidade, segundo livro de inspeções: Na unidade não há livro de registro de inspeção, mas o superintendente afirmou que regularmente recebe a visita do Juiz de Direito da Infância e Juventude da capital.

Última inspeção realizada pelo MP na unidade, segundo livro de inspeções: Na unidade não há livro de registro de inspeção, mas o superintendente afirmou que regularmente recebe a visita do Promotor de Justiça da Vara da Infância e Juventude da capital.

Área destinada para visita familiar

Sim Não

É assegurado o direito de visita

Sim Não

Áreas de banho de sol

Sim Não

Observação:

Biblioteca

Sim Não

Enfermaria

Sim Não

Espaço para prática esportiva

Sim Não

Gabinetes odontológicos

Sim Não

Local apropriado para cultos

Sim Não

Observação: adaptado no refeitório

Local de visitação íntima

Sim Não



Poder Judiciário

Conselho Nacional de Justiça

É assegurado o direito de visitas íntimas?

Sim Não

Observação: Para aqueles que têm filhos ou vínculo comprovado

Sala de entrevista com advogado

Sim Não

Observação:

Estão sendo atendidas as distinções quanto à idade

Sim Não

Estão sendo atendidas as distinções quanto ao sexo

Sim Não PREJUDICADO

O estabelecimento penal possui unidade materno-infantil

Sim Não PREJUDICADO

Quantidade:

Preso provisório fica separado do condenado

Sim Não PREJUDICADO

O educando primário fica separado do reincidente

Sim Não Em parte

Há celas escuras?

Sim Não

Observação:

Há sanções coletivas?

Sim Não Em parte

Há prestação de Assistência Material?

Sim Não Em parte

Observação: Quites de higiene são distribuídos quinzenalmente, além de lençol de cama.

Há local para realização de atividades laborativas?

Sim Não Em parte

Há prestação de Assistência: Saúde?

Sim Não Em parte

Observação: Existe um posto de saúde que atende todas as unidades do sistema.

Há prestação de Assistência: Jurídica?

Sim Não Em parte

Observação: 01 advogado contratado pela superintendência apenas para acompanhar o processo.



Poder Judiciário

Conselho Nacional de Justiça

Há prestação de Assistência: Educacional?

Sim Não Em parte

Há prestação de Assistência: Social?

Sim Não Em parte

Há prestação de Assistência: Religiosa?

Sim Não Em parte

Encontradas armas de fogo ou instrumentos capazes de ofender a integridade física?

Sim Não

Espécie/quantidade/período: mensalmente são encontrados espetos artesanais.

Aparelhos de comunicação e/ou acessórios apreendidos

Sim Não

Quantidade/período: 01 ou 02 mensalmente

Mortes naturais

Sim Não

Quantidade/período e causa:

Mortes por homicídio

Sim Não

Quantidade/período:

Mortes por suicídio

Sim Não

Quantidade/período:

Situação do Estabelecimento Socioeducativo

A UIJA é destinada a recebe jovens do sexo masculino de 18 a 21 anos incompletos. A unidade é bastante ampla, arborizada, com 3 módulos de convívio separados, cada um com pátio interno e alojamentos com capacidade para 5 educandos. A estrutura física precisa de manutenção, posto que ficam visíveis as infiltrações e a falta de conservação da unidade. À noite a iluminação é precária.

O superintendente foi indagado quanto a possibilidade de realizar melhorias na amplitude do terreno, respondeu que, infelizmente, a superintendência não geri os recursos, não tem ordenamento de despesas, resta-lhe apenas promover solicitações.

Situação dos Educandos no Estabelecimento

Em um alojamento de 10m² estão amontoados 13 educando, os quais, segundo a diretoria, não têm convívio com os demais. Em outro alojamento adjacente, com menos da metade do



Poder Judiciário

Conselho Nacional de Justiça

tamanho, estavam mais dois educandos, também julgados sem convívio. Um deles, Ezequiel Vicente dos Santos, denunciou que foi espancado pelos monitores Alan, Genilson, e Diego, inclusive mostrando os hematomas no ombro. Em outro convívio, os educandos reiteraram os protestos por espancamento e tratamento humilhante.

Existe um oficina de eletrotécnica em funcionamento para os educandos que têm interesse em eletrônica. Outra oficina, de marcenaria e tornearia, está desativada.

Todas as unidades são assistidas por 1 assistente social, 1 psicólogo e 1 advogado que procede o acompanhamento processual.



Poder Judiciário

Conselho Nacional de Justiça

FORMULÁRIO DE INSPEÇÃO

Estabelecimento Prisional

Nome: UNIDADE DE INTERNAÇÃO MASCULINA EXTENÇÃO II – UIME II
Endereço: Rua Gilberto Vieira Leite, 02, Tabuleiro do Martins, Maceió/AL
Fone: (82) 8876-5669
E-mail: -
Vagas: 25
Lotação atual: 26
Responsável pelo Estabelecimento: Eduardo Gouveia da Costa
Formação Acadêmica do Responsável: Bacharel em Direito

Data da Inspeção

27/11/2013

Participantes da Inspeção

Reno Viana - Juiz Coordenador do Mutirão Carcerário do CNJ
Eduardo Gouveia da Costa – Diretor da Unidade e Administrativo da Superintendência
Manoel Delfino Júnior – Conselheiro Penitenciário e da Comunidade
Luís Gustavo Peixoto – Escrivão Judicial a serviço do CNJ
Ivan Ramos Santos – Conselheiro da Comunidade

Estabelecimento

Presos Condenados () Sim (X) Não

Quantidade:

Observação:

Presos Provisórios () Sim (X) Não

Quantidade:

Medidas Socioeducativas (X) Sim () Não

Quantidade: 26

Educandos () sexo feminino

(X) sexo masculino

Quantidade Masculino: 26

Quantidade Feminino:

Educandos em tratamento de saúde () Sim (X) Não

Quantidade de presos em tratamento:

Quantidade

Vagas para Educandos em Medida Disciplinar: 2

Educandos em Medida Disciplinar: 0

Vagas para Presos em Celas de Proteção: 0

Educandos em Celas de Proteção: 0

Vagas para Educandos em Cumprimento de RDD: 6

Presos em Cumprimento de RDD: 0

Vagas para Trabalho: 25

Educandos Trabalhando: 10

Vagas para Estudo na Unidade: 25

Educandos estudando na unidade: 26



Poder Judiciário

Conselho Nacional de Justiça

Vagas para Presas Gestantes: 0
Presos em razão de prisão civil decretada: 0
Fugas no último ano (novembro de 2012 a novembro 2013): 0
Quantidade de rebeliões: 0

Última inspeção judicial realizada na unidade, segundo livro de inspeções: Na unidade não há livro de registro de inspeção, mas o superintendente afirmou que regularmente recebe a visita do Juiz de Direito da Infância e Juventude da capital.

Última inspeção realizada pelo MP na unidade, segundo livro de inspeções: Na unidade não há livro de registro de inspeção, mas o superintendente afirmou que regularmente recebe a visita do Promotor de Justiça da Vara da Infância e Juventude da capital.

Área destinada para visita familiar

Sim Não

É assegurado o direito de visita

Sim Não

Áreas de banho de sol

Sim Não

Observação:

Biblioteca

Sim Não

Enfermaria

Sim Não

Observação: Existe uma enfermaria central que atende a todas as unidades

Espaço para prática esportiva

Sim Não

Gabinetes odontológicos

Sim Não

Observação: O gabinete odontológico fica na enfermaria central

Local apropriado para cultos

Sim Não

Observação: adaptado nos refeitórios.

Local de visitação íntima

Sim Não



Poder Judiciário

Conselho Nacional de Justiça

É assegurado o direito de visitas íntimas?

Sim Não

Observação: Para aqueles que têm filhos ou vínculo comprovado

Sala de entrevista com advogado

Sim Não

Observação:

Estão sendo atendidas as distinções quanto à idade

Sim Não

Estão sendo atendidas as distinções quanto ao sexo

Sim Não PREJUDICADO

O estabelecimento penal possui unidade materno-infantil

Sim Não PREJUDICADO

Quantidade:

Educando provisório fica separado do condenado

Sim Não PREJUDICADO

O educando primário fica separado do reincidente

Sim Não Em parte

Há celas escuras?

Sim Não

Observação:

Há sanções coletivas?

Sim Não Em parte

Há prestação de Assistência Material?

Sim Não Em parte

Observação: Quites de higiene são distribuídos quinzenalmente, além do quite de limpeza dos alojamentos e material para prática esportiva.

Há local para realização de atividades laborativas?

Sim Não Em parte

Há prestação de Assistência: Saúde?

Sim Não Em parte

Observação:

Há prestação de Assistência: Jurídica?

Sim Não Em parte

Observação: 01 advogado contratado pela superintendência apenas para acompanhar o processo.



Poder Judiciário

Conselho Nacional de Justiça

Há prestação de Assistência: Educacional?

Sim Não Em parte

Há prestação de Assistência: Social?

Sim Não Em parte

Há prestação de Assistência: Religiosa?

Sim Não Em parte

Encontradas armas de fogo ou instrumentos capazes de ofender a integridade física?

Sim Não

Espécie/quantidade/período: Foi encontrado um instrumento cortante.

Aparelhos de comunicação e/ou acessórios apreendidos

Sim Não

Quantidade/período:

Mortes naturais

Sim Não

Quantidade/período e causa:

Mortes por homicídio

Sim Não

Quantidade/período:

Mortes por suicídio

Sim Não

Quantidade/período:

Situação do Estabelecimento Socioeducativo

A UIME II, ou projeto “Kerygma”, é o mais novo projeto da Superintendência de Medidas Socioeducativas. Iniciada neste ano, consiste numa proposta em que se dá mais liberdade e conforto aos educandos, em troca dos mesmos seguirem um rígido controle de regras e exímio comportamento. Até o momento, a iniciativa vem obtendo êxito e é vista pelo Diretor da unidade como o modelo a ser seguido pelas demais.

Funciona em uma chácara, espaçosa, bem conservada, limpa e arborizada, onde todos os educandos transitam livremente pelas dependências. Possui também área administrativa, refeitório, escola, 02 alojamentos com capacidade para 13 educandos cada.

Segundo o Diretor: “aqui não há nenhum tipo de segregação entre eles, nem de idade, nem na hora da seleção”. Indagado, então, como se dá a escolha dos educandos selecionados para o projeto, respondeu que no início até houve uma seleção, porém muito superficial. Depois passaram a fazer a proposta aos educandos indistintamente, aqueles que aceitavam a submissão as regras eram inseridos.



Poder Judiciário

Conselho Nacional de Justiça

O projeto Kerygma é um avanço na ressocialização de adolescentes em conflito com a lei em Alagoas. No momento em que o enfoque deixou de ser a segurança, e passou a ser o comprometimento dos educandos com a escola, em não empreender fugas (até porque os muros, não sendo muito altos, não dificultariam qualquer fuga), e o respeito entre eles, com os monitores e a família, abriram-se novas possibilidades e expectativas na promoção da ressocialização.

Situação dos Educandos no Estabelecimento

Os educandos recebem 06 refeições diárias, fornecidas pela cozinha central da superintendência. Têm aulas regulamentares, embora seja apenas uma sala de aula para alunos em diferentes níveis, aula de educação física e de religião. Aqui não se queixaram de espancamento ou maus tratos, alguns reclamaram da qualidade da alimentação, mas os maiores protestos foram em relação ao atraso nas avaliações, é o caso dos adolescentes Luewerson Melquesedeque Domingos da Silva, Anderson Rodrigo dos Santos, José Heleno Gomes dos Santos, Felipe de Lima, dentre outros.

Já o educando Wellington do Espírito Santo, pediu para ser transferido para o Espírito Santo, seu Estado de origem, posto que não tem parentes em Alagoas.



Poder Judiciário

Conselho Nacional de Justiça

FORMULÁRIO DE INSPEÇÃO

Estabelecimento Prisional

Nome: UNIDADE DE INTERNAÇÃO FEMININA – UIF
Endereço: Conjunto Rui Palmeira, Rua 01, s/n, Serraria, Maceió/AL
Fone: (82) 8833-8525
E-mail: -
Vagas: 16
Lotação atual: 12
Responsável pelo Estabelecimento: Huelem Fábio Rodrigues dos Santos
Formação Acadêmica do Responsável: Bacharel em Teologia

Data da Inspeção

27/11/2013

Participantes da Inspeção

Reno Viana - Juiz Coordenador do Mutirão Carcerário do CNJ
Eduardo Gouveia da Costa – Diretor Administrativo da Superintendência
Manoel Delfino Júnior – Conselheiro Penitenciário e da Comunidade
Luís Gustavo Peixoto – Escrivão Judicial a serviço do CNJ
Ivan Ramos Santos – Conselheiro da Comunidade
Vera Lúcia Ayres – Conselheira da Comunidade

Estabelecimento

Presos Condenados () Sim (X) Não

Quantidade:

Observação:

Educandos Provisórios (X) Sim () Não

Quantidade: 4

Medidas Socioeducativas (X) Sim () Não

Quantidade: 8

Educandos (X) sexo feminino

() sexo masculino

Quantidade Masculino:

Quantidade Feminino: 8

Educandos em tratamento de saúde () Sim (X) Não

Quantidade de presos em tratamento:

Quantidade

Vagas para Educandos em Medida Disciplinar: 0

Educandos em Medida Disciplinar: 0

Vagas para Presos em Celas de Proteção: 0

Educandos em Celas de Proteção: 0

Vagas para Educandos em Cumprimento de RDD: 0

Presos em Cumprimento de RDD: 0

Vagas para Trabalho: 0

Educandos Trabalhando: 0

Vagas para Estudo na Unidade: 16



Poder Judiciário

Conselho Nacional de Justiça

Educandos estudando na unidade: 12
Vagas para Presas Gestantes: 0
Presos em razão de prisão civil decretada: 0
Fugas no último ano (novembro de 2012 a novembro 2013): 3, mas todas retornaram espontaneamente.
Quantidade de rebeliões: 1

Última inspeção judicial realizada na unidade, segundo livro de inspeções: Na unidade não há livro de registro de inspeção, mas o superintendente afirmou que regularmente recebe a visita do Juiz de Direito da Infância e Juventude da capital.

Última inspeção realizada pelo MP na unidade, segundo livro de inspeções: Na unidade não há livro de registro de inspeção, mas o superintendente afirmou que regularmente recebe a visita do Promotor de Justiça da Vara da Infância e Juventude da capital.

Área destinada para visita familiar

Sim Não

É assegurado o direito de visita

Sim Não

Áreas de banho de sol

Sim Não

Observação:

Biblioteca

Sim Não

Enfermaria

Sim Não

Observação: Existe uma enfermaria central que atende a todas as unidades

Espaço para prática esportiva

Sim Não

Gabinetes odontológicos

Sim Não

Observação: O gabinete odontológico fica na enfermaria central

Local apropriado para cultos

Sim Não

Local de visita íntima

Sim Não



Poder Judiciário

Conselho Nacional de Justiça

É assegurado o direito de visitas íntimas?

Sim Não

Observação: Nunca houve a procura.

Sala de entrevista com advogado

Sim Não

Observação:

Estão sendo atendidas as distinções quanto à idade

Sim Não

Estão sendo atendidas as distinções quanto ao sexo

Sim Não PREJUDICADO

O estabelecimento penal possui unidade materno-infantil

Sim Não

Quantidade:

Educando provisório fica separado do condenado

Sim Não

O educando primário fica separado do reincidente

Sim Não Em parte

Há celas escuras?

Sim Não

Observação:

Há sanções coletivas?

Sim Não Em parte

Há prestação de Assistência Material?

Sim Não Em parte

Observação: Quides de higiene são distribuídos quinzenalmente, além de roupa de cama e banho

Há local para realização de atividades laborativas?

Sim Não Em parte

Há prestação de Assistência: Saúde?

Sim Não Em parte

Observação:

Há prestação de Assistência: Jurídica?

Sim Não Em parte

Observação: 01 advogado contratado pela superintendência apenas para acompanhar o processo.



Poder Judiciário

Conselho Nacional de Justiça

Há prestação de Assistência: Educacional?

Sim Não Em parte

Há prestação de Assistência: Social?

Sim Não Em parte

Há prestação de Assistência: Religiosa?

Sim Não Em parte

Encontradas armas de fogo ou instrumentos capazes de ofender a integridade física?

Sim Não

Espécie/quantidade/período:

Aparelhos de comunicação e/ou acessórios apreendidos

Sim Não

Quantidade/período:

Mortes naturais

Sim Não

Quantidade/período e causa:

Mortes por homicídio

Sim Não

Quantidade/período:

Mortes por suicídio

Sim Não

Quantidade/período:

Situação do Estabelecimento Socioeducativo

A UIF é destinada a custodiar adolescentes em conflito com a lei, do sexo feminino, entre 13 a 18 anos. O estabelecimento foi adaptado num imóvel residencial, de pequenas proporções, rodeado por uma área aberta, com espaço razoável, onde as educandas praticam esportes. Possui 3 alojamentos, com capacidade respectiva para 08, 04 e 04 internas. O Problema da estrutura física é também o motivo de maior reclamação das internas, o muro externo é baixo, o que assusta as menores, deixando sempre a impressão de insegurança. Com turnos de 24 por 72 horas, 24 monitores se revezam, sendo apenas 01 homem por plantão. Para o diretor da unidade, são necessários mais homens para reforçar a segurança externa.

Situação dos Educandos no Estabelecimento

As educandas recebem 05 refeições diárias, fornecidas pela cozinha local, mas confeccionada por funcionários de uma empresa terceirizada. As aulas são ministradas às segundas e quartas-feiras,



Poder Judiciário

Conselho Nacional de Justiça

numa única sala de aula para alunas de diferentes níveis, segundo as educandas, contemplam somente as disciplinas de matemática, geografia e educação física.

As queixas prosseguiram quanto as condições de higiene dos banheiros, local inadequado para receber as visitas, qualidade da alimentação, falta de lavanderia e de dedetizações regulares, posto que não é incomum a aparição de escorpiões.

A unidade é assistida por 01 psicóloga, 01 assistente social e 01 advogado.



Poder Judiciário

Conselho Nacional de Justiça

FORMULÁRIO DE INSPEÇÃO

Estabelecimento Prisional

Nome: UNIDADE DE SEMILIBERDADE MASCULINA– USM
Endereço: Rua Cícero Virgílio Torres, 53, Pinheiro, Maceió/AL
Fone: (82) 8876-6431
E-mail: -
Vagas: 16
Lotação atual: 17
Responsável pelo Estabelecimento: Maria de Fátima Oliveira Remígio
Formação Acadêmica do Responsável: Serviço Social

Data da Inspeção

27/11/2013

Participantes da Inspeção

Reno Viana - Juiz Coordenador do Mutirão Carcerário do CNJ
Eduardo Gouveia da Costa – Diretor da Unidade e Administrativo da Superintendência
Manoel Delfino Júnior – Conselheiro Penitenciário e da Comunidade
Luís Gustavo Peixoto – Escrivão Judicial a serviço do CNJ
Ivan Ramos Santos – Conselheiro da Comunidade

Estabelecimento

Presos Condenados () Sim (X) Não

Quantidade:

Observação:

Presos Provisórios () Sim (X) Não

Quantidade:

Medidas Socioeducativas (X) Sim () Não

Quantidade: 17

Educandos () sexo feminino

(X) sexo masculino

Quantidade Masculino: 17

Quantidade Feminino:

Educandos em tratamento de saúde () Sim (X) Não

Quantidade de presos em tratamento:

Quantidade

Vagas para Educandos em Medida Disciplinar: 0
Educandos em Medida Disciplinar: 0
Vagas para Presos em Celas de Proteção: 0
Educandos em Celas de Proteção: 0
Vagas para Educandos em Cumprimento de RDD: 0
Presos em Cumprimento de RDD: 0
Vagas para Trabalho: 17
Educandos Trabalhando: 0
Vagas para Estudo na Unidade: 25
Educandos estudando na unidade: 26



Poder Judiciário

Conselho Nacional de Justiça

Vagas para Presas Gestantes: 0

Presos em razão de prisão civil decretada: 0

Fugas no último ano (novembro de 2012 a novembro 2013): é constante o fato do educando passar o fim de semana com a família e não retornar.

Quantidade de rebeliões: 0

Última inspeção judicial realizada na unidade, segundo livro de inspeções: Na unidade não há livro de registro de inspeção, mas o superintendente afirmou que regularmente recebe a visita do Juiz de Direito da Infância e Juventude da capital.

Última inspeção realizada pelo MP na unidade, segundo livro de inspeções: Na unidade não há livro de registro de inspeção, mas o superintendente afirmou que regularmente recebe a visita do Promotor de Justiça da Vara da Infância e Juventude da capital.

Área destinada para visita familiar

Sim Não

É assegurado o direito de visita

Sim Não

Áreas de banho de sol

Sim Não

Observação:

Biblioteca

Sim Não

Enfermaria

Sim Não

Observação: Existe uma enfermaria central que atende a todas as unidades

Espaço para prática esportiva

Sim Não

Gabinetes odontológicos

Sim Não

Observação: O gabinete odontológico fica na enfermaria central

Local apropriado para cultos

Sim Não

Observação: adaptado no refeitório.

Local de visita íntima

Sim Não



Poder Judiciário

Conselho Nacional de Justiça

É assegurado o direito de visitas íntimas?

Sim Não

Observação: Para aqueles que têm filhos ou vínculo comprovado

Sala de entrevista com advogado

Sim Não

Observação:

Estão sendo atendidas as distinções quanto à idade

Sim Não

Estão sendo atendidas as distinções quanto ao sexo

Sim Não PREJUDICADO

O estabelecimento penal possui unidade materno-infantil

Sim Não PREJUDICADO

Quantidade:

Educando provisório fica separado do condenado

Sim Não PREJUDICADO

O educando primário fica separado do reincidente

Sim Não Em parte

Há celas escuras?

Sim Não

Observação:

Há sanções coletivas?

Sim Não Em parte

Há prestação de Assistência Material?

Sim Não Em parte

Observação: Quites de higiene são distribuídos quinzenalmente.

Há local para realização de atividades laborativas?

Sim Não Em parte

Há prestação de Assistência: Saúde?

Sim Não Em parte

Observação:

Há prestação de Assistência: Jurídica?

Sim Não Em parte

Observação: 01 advogado contratado pela superintendência apenas para acompanhar o processo.



Poder Judiciário

Conselho Nacional de Justiça

Há prestação de Assistência: Educacional?

Sim Não Em parte

Há prestação de Assistência: Social?

Sim Não Em parte

Há prestação de Assistência: Religiosa?

Sim Não Em parte

Encontradas armas de fogo ou instrumentos capazes de ofender a integridade física?

Sim Não

Espécie/quantidade/período:

Aparelhos de comunicação e/ou acessórios apreendidos

Sim Não

Quantidade/período:

Mortes naturais

Sim Não

Quantidade/período e causa:

Mortes por homicídio

Sim Não

Quantidade/período:

Mortes por suicídio

Sim Não

Quantidade/período:

Situação do Estabelecimento Socioeducativo

A unidade é destinada a abrigar os educandos que estão em semiliberdade, da capital e interior do Estado. Em regra, os educandos permanecem na unidade de segunda a sexta-feira e passam os fins de semana com suas respectivas famílias. A estrutura foi adaptada em um imóvel residencial, utilizado o espaço recuado do jardim para construção dos alojamentos.

Existe apenas uma sala de aula, embora os alunos estejam em diferentes níveis. Os convênios com o Senai permitem a unidade oferecer cursos de mecânica de autos e motos, construção civil (os mais procurados) ou qualquer curso disponível pelo Senai, incluindo também o vale transporte para condução .

Para a Diretora do estabelecimento, a segurança precária e a falta de espaço constituem os maiores problemas da unidade.

Situação dos Educandos no Estabelecimento



Poder Judiciário

Conselho Nacional de Justiça

Os educandos reclamaram da quantidade das 05 refeições que recebem diariamente, bem como o fato da vedação as famílias em trazer alimentos, mas elogiaram a qualidade da alimentação oferecida.

ACERVO FOTOGRÁFICO





Poder Judiciário

Conselho Nacional de Justiça



COMANDO VERMELHO
 ATÉ A MORTE
 TO CV
 J. GOMES
 NOROESTE
 DO
 MACAÉ
 DEUS É FIEL
 MAIS DO QUE DEUS
 NIGEM
 COMANDO VERMELHO
 ATÉ A MORTE
 NACIE PARA VIVER
 É SOU OBRIGADO MATA
 PARA NÃO MORRER.
 A ALEGRIA DO PALHA
 É VER O CIRCO PEGAN
 DO FUGO.
 CORRA COM NÓS DA
 CORRADA DE NÓS.
 ASS. KLEVER DE FELIPE D.F



Poder Judiciário

Conselho Nacional de Justiça





Poder Judiciário

Conselho Nacional de Justiça

